



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL
Curso de Serviço Social

MARCAS DA FRAGILIDADE NA PROTEÇÃO SOCIAL:

Mulheres inseridas no programa de corte e costura no CRAS - Cachoeira

Lorena Conceição Pinheiro

Cachoeira

2012

Lorena Conceição Pinheiro

MARCAS DA FRAGILIDADE NA PROTEÇÃO SOCIAL:

Mulheres inseridas no programa de corte e costura no CRAS - Cachoeira

Trabalho apresentado ao Colegiado de Serviço Social, como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Serviço Social, orientado pela professora Marcela Mary José da Silva.

Cachoeira

2012

Lorena Conceição Pinheiro

MARCAS DA FRAGILIDADE DA PROTEÇÃO SOCIAL:
Mulheres inseridas no programa de corte e costura no CRAS - Cachoeira

Cachoeira/Ba, aprovada em ____/____/____

Banca examinadora

Prof.^a. Ms. Marcela Mary José da Silva

UFRB

Prof.^a. Dra. Valéria Noronha

UFRB

Prof.^a. Favônia Reis Castelo Branco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo conforto e força para o enfrentamento dessa difícil caminhada.

À minha família por toda compreensão e incentivo em toda minha trajetória acadêmica.

À minha maravilhosa filha Louise, por ter se tornado grande parte da motivação para a concretização dessa etapa.

Aos meus colegas de curso por todos esses anos de convivência, os quais serviram para melhorar-me enquanto pessoa.

À minha orientadora Marcela Mary e aos componentes da banca pelas pertinentes contribuições para a concretização desse trabalho.

À equipe CRAS pela disposição em ajudar-me nas etapas da pesquisa.

Às mulheres que participaram das entrevistas desse trabalho, pois sem elas não teriam sido alcançados os objetivos desse trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram para a realização dessa importante etapa da minha vida, o meu muito obrigado.

*"Sonho com o dia em que a justiça correrá como
água e a retidão como um caudaloso rio."*

(Martin Luther King)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as percepções das mulheres chefes de famílias que participaram do programa de corte e costura no CRAS (Três Riachos, em Cachoeira – Ba), no que se refere ao acesso aos direitos sociais. Para tal é salientada a marca da “feminização” da Assistência Social como essencial para compreender a contrapartida que está sendo oferecida às mulheres que têm exclusiva responsabilização pela situação dos indivíduos que delas dependem. Explana as relações de reprodução social nas quais foram determinadas as atribuições femininas, baseadas na subordinação da mulher em relação ao homem, assim, sendo abordada a questão de gênero. E, a partir da lógica neoliberal busca compreender as iniciativas do Estado, este que assume o papel controlador e mediador dos conflitos de classe, emergente do modo de produção da sociedade capitalista, ao passo que nas consequências desse sistema a mulher, em especial a pobre, é a mais vulnerável às situações de riscos sociais. Contudo, torna-se imprescindível analisar a história de acesso aos direitos sociais pelas mulheres, bem como, identificar as contribuições do CRAS no processo de inclusão e proteção social da família, além de retratar o perfil das mulheres pobres e chefes de família, que participaram do programa de corte e costura ofertado pelo CRAS Tradicional de Cachoeira- Bahia. E, para contemplar o principal objetivo deste trabalho é feita a análise do resultado da pesquisa de campo, a qual se ateve a coleta e de dados através da aplicação de entrevistas com as mulheres que se encaixam no perfil do objetivo deste trabalho, a fim de compreender a efetividade de viabilização do acesso aos direitos sociais.

Palavras chaves: Família. Mulher. Direitos Sociais. Assistência social. Feminização da Assistência.

ABSTRACT

This work has for objective to analyze the perceptions of women heads of families who participated in the program of cutting and sewing in the CRAS (Three Creeks, Waterfall-Ba), with regard to access to social rights. This highlighted the "feminization" of Social services as essential to understanding the consideration which is being offered to women who have exclusive responsibility for the situation of individuals who depend on them. Explains the relations of social reproduction in which female assignments were determined, based on the subordination of women in relation to men, thus being addressed the issue of gender. And, from the neo-liberal logic tries to understand the initiatives of the State, which assumes the role of mediator and controller class, emerging conflicts of capitalist society's production, while the consequences of that system, particularly the poor, are the most vulnerable to situations of social risk. However, it is essential to analyze the history of access to social rights for women, as well as identify the contributions of CRAS in the process of inclusion and social protection of the family, in addition to portraying the profile of poor women and heads of family, who participated in the program of cutting and sewing offered by traditional CRAS Waterfall-Bahia. And, for the main purpose of this work is the analysis of the result of field research, which stick to collecting data through the application and interviews with women who fit the profile of the objective of this work, in order to understand the effectiveness of enabling access to social rights.

Key words: Family. Woman. Social Rights. Social assistance. Feminization of assistance.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	RELAÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL	11
2.1	Processo de valorização do trabalho	11
2.1.1	O valor do trabalho na sociedade capitalista	14
2.1.2	Enfrentamento da questão social	19
2.1.3	Direitos Sociais: resultado da luta pela igualdade	20
2.1.4	Intervenções estratégicas do Estado	23
2.2	Função social da família	29
2.2.1	Família no alvo das políticas públicas	31
3	CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL	36
3.1	A inserção da mulher no espaço público	36
3.2	Mulher na chefia familiar	38
3.3	Trajetória da mulher em direção aos direitos sociais	40
3.4	Feminização da Assistência Social	44
3.5	Enfrentando a subalternidade feminina	48
4	ANÁLISE DA ENTREVISTA	52
4.1	Locus da pesquisa	55
4.2	Análise e discussão dos dados	56
4.2.1	Identificação do público-alvo da pesquisa	57
4.2.2	Situação socioeconômica e as estratégias de sobrevivência	57
4.2.3	O papel do CRAS	60
4.2.4	Direitos sociais e condições de chefia familiar	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

As relações históricas que envolvem as mulheres sempre foram pautadas em condições que traduzem costumes patriarcalistas, e conseqüentemente, a submissão do sexo feminino perante o masculino. O papel das mulheres esteve bem definido, a elas cabia a responsabilidade pela educação dos filhos, pela organização familiar e por todos os serviços domésticos. Sendo assim, os homens eram legitimados “chefes de família” e detinham os poderes perante o lar. Logo, nessa dinâmica está imbricada a submissão da mulher em relação ao homem, a qual prevalece por séculos e marca vários aspectos da vida social, ressaltando as configurações da história feminina em direção à garantia dos direitos sociais.

Cabe aqui destacar a categoria trabalho, que de acordo com Braz e Netto, 2008, é indispensável não só para a compreensão da atividade econômica, mas dos homens e da sociedade, configurando-se numa categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social. O desenvolvimento dessa categoria, se deu em atender cada vez mais às complexas necessidades do ser humano, estabelecendo as relações sociais. Então, com o advento da modernidade foram modificando-se, também, as bases da sociedade, portanto, o trabalho que antes servira para atender às necessidades básicas do ser humano, teve seu destino transformado, assim, determinando as relações de poder na sociedade.

Dada as complexificações cada vez mais intensas dos modos de produção e reprodução social na sociedade, emergiu a industrialização. E, nesse contexto de transformação social a mulher, que sempre teve suas atribuições voltadas ao trabalho doméstico, cuidado com a casa e família, tem a necessidade de inserir-se no mercado formal de trabalho, esta inserção não a exime de continuar realizando as mesmas atividades, contudo, houve a soma de mais atribuições. Todavia, a entrada no mercado formal de trabalho propiciou à mulher condições de avançar em direção à conquista e expansão dos direitos que não as contemplava.

É a tomada da consciência de sua condição subalterna na sociedade que impulsiona a mulher à busca pela liberdade e igualdade nos direitos consagrados ao homem, configurados numa relação de poder favorável ao sistema de vigente na sociedade.

[...] a década de 1970, no Brasil, levou milhares de mulheres ao mercado de trabalho e que o feminismo emergente passou a pressionar incisivamente por uma redefinição de seu lugar na sociedade. a mudança foi tão radical que, hoje, dificilmente alguém ousaria afirmar, como outrora, que a mulher não

tem capacidade mental ou condições físicas para ser uma boa governante, dirigente política, empresária, engenheira, juíza, médica, delegada ou esportista, para ater-me Às profissões tidas como tipicamente masculinas. (RAGO, s/d, 2004)

Porém, apesar de ter demonstrado sua capacidade e competência em diversos aspectos, a mulher continua sendo a principal responsável pelos afazeres domésticos, tendo em vista não ter sido atribuída ao homem nenhuma das tarefas determinadas, historicamente, feminina. Tal situação é causadora da sobrecarga da mulher, estando muitas exercendo “múltiplas jornadas de trabalho” para atenderem, em especial, às demandas de seus dependentes. Logo, é inegável o avanço que houve em garantir a universalização dos direitos, porém a efetividade no exercício destes ainda continua enviesada em suas práticas.

Logo, ciente da condição feminina no Brasil e tendo notado o número crescente de mulheres à frente da chefia familiar, veio a instigação a respeito da contrapartida que é oferecida a essas mulheres para desempenharem suas funções, sem interferir na qualidade de vida, uma vez que aumentaram as exigências pessoais e sociais sobre elas. Quando trata-se das mulheres mais pobres das camadas sociais, essa questão ainda é mais agravante, uma vez que elas têm que traçar estratégias de sobrevivência contando com os poucos recursos que lhes é ofertado através das políticas públicas. Assim, através da disciplina Estágio Supervisionado II fui designada a cumprir carga horária no CRAS tradicional, na cidade de Cachoeira-Ba, quando observado a presença majoritária de mulheres atendidas pela instituição, surgiu o interesse em desenvolver este trabalho com vistas a compreender tal situação.

Serão feitas abordagens, em relação às estratégias que o Estado tem lançado para “conter” a situação emergente de muitas mulheres que são público-alvo da Assistência Social, o que implica a essa ter uma marca feminina. Assim o desafio deste trabalho consiste em apreender em quais condições estão sendo oferecidas alternativas para as mulheres chefes de família que participaram do programa de corte e costura no CRAS – Três Riachos, tão logo a efetividade da instituição em desenvolver incisivamente trabalhos que logrem proporcionar uma melhoria na qualidade de vida destas mulheres o que, conseqüentemente, atingirá seus dependentes, sendo assim o ponto de partida para uma sociedade mais justa, baseada no cumprimento dos direitos sociais.

RELAÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL

2.1 Processo de valorização do trabalho

O domínio do homem sobre a natureza, através do trabalho, ampliou seus horizontes, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. O desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, ressaltando as vantagens desta para cada indivíduo foi causador da ampliação do agrupamento dos membros de uma sociedade.

É através do trabalho que o homem encontra condições para se distinguir dos outros seres. Segundo, Braz e Netto (2006), foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos, numa espécie de salto¹ que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico) : o ser social. É nesse momento que o homem passa a interagir com outros seres, se auto-construindo historicamente. Cabendo aqui ressaltar as capacidades² inerentes a este ser, sendo elas: a sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade, estas que diferenciam o homem dos outros seres.

Na abordagem marxista, a formação do ser social é intrinsecamente relacionada à interação do homem com a natureza através do trabalho. O trabalho fundamenta o ser social, não sendo apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é também o processo histórico pelo qual surgiu a humanidade e se constitui como tal.

O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo *diverso* da natureza – mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o *trabalho*: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu

¹ “O trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, de refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”. (LUKÁCS, 1979: 87, *apud* Barroco, 2008)

² As atividades propiciadoras da conexão com o gênero humano explicitam capacidades como: criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projetos que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. Todas elas estão vinculadas com valores; a maior parte exemplifica a capacidade ética do ser social Para maiores esclarecimentos recomenda-se: *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos/* Maria Lucia Barroco, 2008.

metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmo (isto é, se *autoproduziram* como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais. (Braz, Netto, 2006, p. 37)

Através do trabalho o homem cria mais necessidades, ou seja, quanto mais trabalho mais necessidades, que por sua vez permite ao homem cada vez mais interação com sua própria espécie. Assim,

O desenvolvimento da sociabilidade implica a (re) criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural, isto é do sujeito e do objeto. Uma necessidade primária, como a fome, torna-se social na medida em que suas formas de satisfação são determinadas socialmente e em que, ao serem criadas formas diferenciadas de satisfação, transformam-se os sentidos, habilidades e potencialidades do sujeito. (Barroco, 2008, p.27)

Desse modo, existe aí uma relação dialética entre as transformações realizadas pelo homem e o surgimento de novas necessidades, ou seja, quanto mais o homem (re) cria, mais surgem necessidades a serem atendidas. É o trabalho e seu produto que fundam a relação do homem com a natureza e entre si, estabelecendo as relações sociais. Os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades, Antunes (2004, p. 20).

À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura e, mais tarde, a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política e, com eles, o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planeja trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em

lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma ideia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho.

À medida que o homem vai se humanizando, começa a se diferenciar dos outros seres vivos sendo destinado a atender necessidades incomuns, emergindo assim a esfera da vida em sociedade. É nessa medida que o trabalho assume um caráter emancipatório, permitindo ao homem desenvolver-se em busca de atender às suas necessidades e oportunizando o aperfeiçoamento dos meios de concretizá-las. Logo, o homem ao transformar a natureza, transforma a si e aos outros.

Através das suas mediações o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores, se convertendo em gênero humano. “É através da categoria práxis³ que o homem revela-se como ser criativo e autoprodutivo, se constituindo como produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (Braz e Netto, 2008).

A autoconsciência é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho. Ao ser capaz de autodeterminar-se o ser social evidencia sua vontade racional liberadora de sua autonomia; pode escolher entre alternativas por ele criadas, traçar o seu destino, superar limites, fazer escolhas, objetivando suas capacidades e deliberações. Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética. (Barroco, 2008)

O trabalho em si não atende a todas as necessidades do ser social, porém acaba por complexificá-las. Nessa perspectiva Tonet (?), percebe que a complexificação das necessidades do ser social é a responsável pelo surgimento de problemas e necessidades que

³ A categoria práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em gênero humano. (Braz e Netto, 2008)

não mais poderão ser atendidas diretamente pelo trabalho. Ou seja, torna-se necessário a estruturação de outras dimensões específicas, como: a linguagem, a ciência, a arte, a educação, o direito, a política, etc. Portanto, a especificação dessas novas dimensões está intimamente relacionada com a redefinição das relações sociais, pois, quanto mais se desenvolve o ser social mais suas objetivações diversificam-se e as buscas em satisfazê-las vão deixando de ser direcionadas para o coletivo o que causa a individualização, por consequência, fragmentando cada vez mais tais relações.

2.1.1 O valor do trabalho na sociedade capitalista

Nas épocas anteriores da história, em quase todos os lugares, encontramos sociedades estruturadas em vários segmentos, em uma hierarquia diferenciada das posições dos indivíduos. “Na Roma antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, membros de corporações, artesãos e servos, além disso, em quase todas essas classes subdivisões”. (Marx, Engels, 2008)

Assim, com o declínio da sociedade feudal, surge a moderna burguesia, que apenas modifica os modos de condições de opressão e lutas. Esta nova classe estabelece uma nova forma de organização social, política e econômica que por hora simplifica os antagonismos de classe, quando a sociedade divide-se em duas classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. Nessa perspectiva, o que ocorreu foi um novo tipo de exploração dos indivíduos, reduzindo as relações à um destino puramente monetário.

O rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e das comunicações impeliram a burguesia à buscar integrar todas as nações, obrigando-as à adotarem um modo burguês de produção. Onde emerge um regente: o capital. Se é na vida em sociedade que ocorre a produção é esta que modifica a vida dos indivíduos. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011), na sociedade capitalista, capital e trabalho são uma unidade de diverso, um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro.

(...) as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem as relações sociais de produção alteram-se, transformando-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que

se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular (...) O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa”. (MARX, 1977 *apud* Yamamoto e Carvalho, 2011)

Sendo assim o capital se expressa através de mercadorias e do dinheiro, sendo o responsável por recriar os modelos de produção e de reprodução social. O trabalho torna possível a produção de qualquer bem, ele cria valores que constituem a riqueza social, fazendo referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. É o trabalho que transfere e cria valor, tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais.

Os homens que nos séculos 17 e 18 haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda a propriedade a imensa maioria da população. Antunes (2004).

A produtividade do capital é a expressão capitalista da força produtiva social do trabalho e das condições de seu desenvolvimento, que aparecem como obra do capital contra o trabalhador. Para tanto, o caráter social do trabalho enfrenta o trabalhador coletivo submetido aos meios e às condições materiais de produção desenvolvidas e, larga escala (material de trabalho), meios de trabalho⁴ e meios de vida (como potências de capital), alheias ao trabalhador e individuais às quais encontra-se subsumido.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, na qual o trabalhador não produz para si, mas para o capital. Para Marx (*apud* Netto, 2008) “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para um capital ou serve a autovalorização do capital”.

A força produtiva requer a conversão do dinheiro em capital. O resultado específico do processo de produção capitalista não é nem o produto (valor de uso), nem a mercadoria (valor de uso que possui valor de troca); seu resultado é a criação da mais-valia para o capital.

⁴ Tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho. (Braz e Netto, 2008)

Embora, componha a parte principal na produção e reprodução do capital, o trabalhador é desprovido das condições materiais necessárias à materialização do seu trabalho. E, para sobreviver este necessita de vender a sua força de trabalho⁵, em troca o capitalista paga-lhe um salário que corresponde ao valor da sua produção.

Com efeito, comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor da sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, Ela gera um valor superior ao que custa.** É justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.** O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (Braz e Netto, 2008)

Neste sentido para a produção capitalista, o trabalho a ser trocado pela parte variável do capital (parte do capital investida em salários), é o trabalho produtivo, pois não só repõe a parte da produção (ou valor da própria força de trabalho), mas produz também uma mais-valia para o capitalista, o que faz com que o dinheiro e a mercadoria se transformem em capital. Só é produtivo o trabalho que produz capital. Logo, o trabalho improdutivo é aquele que além de não produzir o valor íntegro, ainda não produz lucro. Não se troca por capital, mas diretamente por renda.

À medida que se expande o domínio do capital sobre a produção de mercadorias, desenvolvendo a produtividade do trabalho, produz-se uma diferença material cada vez maior entre os trabalhadores produtivos e improdutivos. Nessa perspectiva, numa sociedade capitalista, o trabalhador só é importante enquanto vive para multiplicar o capital. As relações sociais aparecem esvaziadas de sua historicidade, a busca pela reprodução do capital engendra um grave problema na sociedade: “O enfraquecimento na busca pela emancipação humana”.

⁵ “Trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades.”(Braz e Netto, 2008)

“A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar.” (Marx, 2008)

“E o preço da força de trabalho é socialmente determinado considerando-se o mínimo indispensável para cobrir as necessidades consideradas básicas em cada momento histórico particular, de acordo com o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade. (Iamamoto e Carvalho, 2011)

Na sociedade capitalista, verifica-se uma contradição em relação às sociedades precedentes, uma vez que, o maior desenvolvimento do ser social é, simultaneamente, o maior grau de alienação:

[...] em face da apropriação privada dos meios de produção e das formas pelas quais se objetiva a (re) produção da vida social, o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras. Invertendo seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social, propicia que os indivíduos que realizam o trabalho não se reconheçam, nele, como sujeitos. Ao ser alienado, em todo o processo, da atividade que lhe confere identidade humana, o trabalhador se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena da atividade, da relação – consigo mesmo e com os outros. (Barroco, 2008)

O trabalho realizado com vistas a negar as potencialidades do homem, tendo em vista o não reconhecimento nas obras que criam, estabelece uma relação de estranheza e opressão. Há uma cisão entre o sujeito e objeto, e a criatura passa a dominar o criador. (Braz e Netto, 2008). Contudo, a mística da forma salário encobre, ao mesmo tempo em que permite desvendar, a relação entre o trabalho pago e não pago do trabalhador. O trabalhador aliena seu valor de uso⁶ para estabelecer o valor de troca⁷. O trabalhador é expropriado daquilo que produz o que evidencia a exploração do homem pelo homem. Com a alienação do trabalhador o que ocorre é um estímulo às regressões do ser social, evidenciando que a sociedade capitalista não suporta a humanização do ser.

O crescimento da produtividade do trabalho está vinculada ao desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade (e, com ela, o volume excedente), que para atender às necessidades emergentes do capitalismo instaura a *divisão social do trabalho*. Segundo Braz e Netto (2008), a divisão social do trabalho consiste em repartir o trabalho em especialidades sem, no entanto, repartir cada especialidade em operações limitadas. Ou seja, o trabalhador passa a ser encarregado de todo o processo de produção, favorecendo ao objetivo do capitalista que é extrair o máximo de excedente da atividade do trabalhador, tornando-o parcial, uma peça do trabalho coletivo.

⁶ Pode ser considerado matéria-prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho, da posição que nele ocupa variando com essa posição a natureza do valor de uso. (Marx, 2008)

⁷ Efeito útil de um valor de uso, mercadoria ou trabalho. (Marx, 2008)

A acumulação de capital também impacta fortemente a classe operária. No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como **exército industrial de reserva** – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho. (Braz e Netto, 2008)

O capitalista, absorve a força de trabalho como uma outra mercadoria qualquer, no entanto, quer comprá-la pelo preço mais baixo possível. Assim valem-se da existência desse contingente de desempregados para pressionar para baixo os salários, que é o valor que se paga pela força de trabalho. E, embora, o exército industrial de reserva⁸ não seja intenção consciente da classe capitalista, esta usa-o como estratégia para manter resultados satisfatórios em sua acumulação. Por isso, o desemprego é inerente ao modo de produção capitalista.

Se o valor pago ao dispêndio da força de trabalho cai devido ao contingente de desempregados, esse mesmo valor é pressionado para cima pelos próprios trabalhadores quando há pouca oferta de trabalho. Portanto, a redução do contingente de trabalhadores explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho, quanto ao extraordinário desemprego dos dias atuais, diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa, onde não há possibilidades para acolher todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho.

⁸ Chamado ainda de superpopulação relativa em larga escala. (Braz e Netto, 2008)

2.1.2 Enfrentamento da questão social

É a partir da emergência e consolidação da sociedade burguesa que surge a questão social⁹ (fruto das relações entre capital e trabalho) a qual está intimamente relacionada a emergência do “trabalhador livre” que vende sua força de trabalho em troca de condições de sobrevivência. Ressaltando aí a contradição do sistema capitalista, pois “como pode um homem ser livre preso a um sistema que o escraviza?”, sistema esse que não oferece condições de emancipação social, sendo responsável pelo aumento da desigualdade social? A classe trabalhadora encontra-se suscetível ao fracasso, tendo em vista a expansão da pobreza mais rápida que a da própria população. Logo, a riqueza e a “lei da acumulação” provoca o agravamento da questão social.

O estabelecimento da indústria e do mercado mundial, fez emergir a aglutinação dos trabalhadores (proletariados) como classe revolucionária, no reconhecimento de sua condição de explorada. A classe operária ingressa no cenário político, por meio de lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial pelo Estado (Iamamoto, 2001). Ao longo de seu desenvolvimento, a classe trabalhadora une-se cada vez mais formando associações, fundando organizações permanentes contra a burguesia.

[...] Esta organização dos proletários em classe, e com isso em partido político, pode ser destruída em qualquer momento pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Porém, ela ressurgirá sempre, mais vigorosa, mais firme, mais poderosa. Ela força o reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis, na medida em que eles se aproveitam das divisões entre os burgueses. Assim ocorreu, por exemplo, quando foi aprovada a limitação da jornada de trabalho em dez horas na Inglaterra. (Marx e Engels, 2008)

Devido a essa postura da classe trabalhadora, a burguesia requer que tais questões sejam tratadas na arena política. A sociedade já não consegue mais viver sob o domínio da

⁹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho p das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. (Iamamoto, 2001)

burguesia. Aponta-se o declínio da ordem burguesa. Porém, conquistado o domínio político exclusivo no Estado moderno a burguesia fez do poder estatal um comitê para administrar seus próprios negócios.

O Estado desempenha seu papel de “árbitro das relações de classe”, assume tarefas cada vez mais ativas no sentido de atender as necessidades básicas da sociedade, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Segundo Yamamoto (2001), é através do Estado que as diversas frações das classes dominantes, em conjunturas históricas específicas, impõem seus interesses de classe ao conjunto da sociedade, como ilusório interesse geral. Ou seja, o Estado assegura o poder e a ordem estabelecida conforme os interesses da classe vigente em detrimento da classe trabalhadora, designando a esta última apenas o necessário para continuar obedecendo a esta ordem.

Enfim, a complexificação das relações sociais, transforma a liberdade concedida ao ser social, tendo em vista seu valor inicial se tratar da emancipação do homem, quando, perante a sociedade capitalista esta está vinculada à “desproteção social”. A liberdade incorpora um sentido excludente se levadas em consideração as condições que os “homens livres” se encontram, tendo que vender sua força de trabalho como maneira de sobrevivência e sendo forçado a concorrer por igualdade numa sociedade tão desigual. Diante este cenário, lançado à própria sorte, a classe trabalhadora, tomou consciência de sua condição enquanto classe lutou por melhores condições de trabalho, garantindo alguns direitos a ele referentes, como: a diminuição da jornada de trabalho.

Assim vão sendo gestadas alternativas e valores para superar e ampliar a condição de existência da classe trabalhadora. A diminuição da jornada de trabalho marca o enfrentamento das expressões da questão social por esta classe e, o início da regulamentação da relação capital/trabalho, onde coube ao Estado garantir os direitos sociais, viabilizados através das políticas sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

2.1.3 Direitos Sociais: resultado da luta pela igualdade

A partir da Revolução industrial a humanidade experimentou um desenvolvimento tecnológico contínuo, uma globalização crescente, e a interdependência e complexificação das relações e divisão do trabalho. A consolidação burguesa e a marginalidade das camadas populares engendram graves problemas sociais. E, a partir desse contexto surge a possibilidade prática de Direito Social que contribua para superar os limites da emancipação política no sentido de alcançar a emancipação humana efetiva. (Wolkmer, 2004)

Nos primeiros anos do século XX, notadamente o período entre as duas guerras, crises constantes passaram a desregular os mecanismos liberais da economia, obrigando o Estado a ampliar sua atenção. Tais crises vão dar lugar ao desenvolvimento de políticas sociais instituídas como resposta à moderna questão social e às ameaças de subversão da ordem delas decorrentes. Não resta dúvidas de que é a pressão de interesses de setores organizados, especialmente a mobilização da classe trabalhadora que definiu a natureza e o conjunto dessas estratégias.

Contudo, o direito materializado na lei não expressava o verdadeiro significado da justiça, tampouco representava a vontade geral do povo ou manifestação pública do legislador, mas os interesses das camadas economicamente dominantes.

[...] uma dádiva da natureza, um presente da história, mas fruto da luta contra o acaso do nascimento, contra os privilégios que a história, até então, vinha transmitindo hereditariamente de geração em geração. [...] só pode possuí-los aquele que os soube adquirir e merecê-los. (Marx, apud Wolkmer, 2004)

Pois, ainda no século XVIII, com a Declaração Francesa de 1789, estava estabelecida a divisão do direito em: direito do homem (direitos humanos) e “direitos do cidadão”. Estes relacionados à classe burguesa e ao restante da sociedade, respectivamente. Assim os direitos reais eram os do homem, uma vez que eram concernentes ao homem concreto, não ao cidadão, pois além de ser cidadão, tinha que ser indivíduo da burguesia para desfrutar dos direitos humanos. Nesse contexto fica explícito o uso dos direitos para atender aos interesses da classe dominante, estes estavam relacionados à igualdade, à liberdade, à segurança, em especial à propriedade.

O direito à propriedade expressava o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade. É

este direito que constata a violação dos outros, tendo em vista a limitação que recai sobre desprovidos de propriedade e, por consequência a manutenção da ordem vigente.

Para tanto, para garantir efetiva vigência do pressuposto de que “todos os homens nascem livre e iguais em dignidade e direitos”, expresso na Declaração de Independência dos E.U.A (1776), na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa (1789) e posteriormente na Declaração Universal dos Direitos de Homem, da ONU (1948), os homens (excluídos dos direitos) tiveram que se organizar em sociedade e instituir uma autoridade capaz de garanti-los. Então, desde as sociedades precedentes até os dias atuais muitas foram as lutas travadas em prol dessa garantia.

As teorias liberais que deram origem às declarações de direitos apoiavam-se na concepção da imutabilidade e da permanência da natureza humana: independentemente de sua origem, de sua condição social ou de seu meio, o homem carrega em si um outro número de direitos inerentes à sua pessoa, os quais constituem a redução da intervenção do Estado ao mínimo indispensável, tendo por dever único não opor obstáculos a seu exercício.

O liberalismo carrega em si a desigualdade social, pois permite a ampliação da propriedade, a acumulação de bens, deixando aos indivíduos que não detém o poder econômico somente a possibilidade de vender seu próprio trabalho. O liberalismo é um produto do esforço da burguesia para conseguir sua emancipação. (Lespaubin, 1984: 42)

Tão logo, esta noção de direito tornou-se insuficiente a partir do momento em que foi tomado consciência de que o gozo do direito era inútil para os indivíduos que não estavam em condições de pô-lo em prática. Progressivamente surgiu uma nova noção de direitos do homem com vistas à realização das faculdades incluídas nos direitos clássicos e de necessidades que não estavam presentes nestes. Assim, a expressão “direitos sociais”, foi utilizada para dar conta da extensão do direito, implicando também uma mudança de perspectiva na maneira de encarar seu sujeito, uma transformação de seu conteúdo e uma mutação radical dos deveres do Estado.

Os direitos sociais¹⁰ passam a exigir satisfação do Estado, enuncia-se o que o cidadão pode e deve esperar da sociedade. São direitos que exigem a atuação dos poderes públicos para criar condições necessárias à sua realização. Os direitos sociais requerem uma ação positiva do Estado. (Leusbaupim, 1984:67). Assim chama-se direito social por ser instituído para o indivíduo que está inserido nas relações sociais. Os direitos sociais a fim de atender às

¹⁰ Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação etc. dizem respeito, portanto, ao direito ao trabalho, a um salário decente e, por extensão, ao chamado salário social, relativo ao direito a saúde, educação, habitação etc. (Covre, 2002)

necessidades do indivíduo levam em consideração o contexto e o momento histórico permitindo o adequamento e surgimento de novos direitos, ou seja, não é uma fórmula inalterável. Assim, as tendências constitutivas do modo de produção capitalista na contemporaneidade, tendo em vista, o desemprego estrutural, a precarização e flexibilização das relações de trabalho, está intimamente relacionadas a tais direitos, logo Behring e Santos (2009) corroboram com tal reflexão:

Estabelecer as relações entre questão social e direitos implica no reconhecimento do indivíduo social com sua capacidade de resistência e conformismo frente às situações de opressão e de exploração vivenciadas; com suas buscas e iniciativas (individuais e/ou coletivas) para enfrentar adversidades; com seus sonhos e frustrações diante das expectativas de empreender dias melhores. Trata-se, portanto, de pensarmos a vida e os indivíduos em suas relações concretas e dessas de historicidade. E, nesse sentido, trata-se de apreender a assertiva de que a essência humana encontra-se no conjunto das relações sociais historicamente determinadas. Assim, podemos admitir o indivíduo como ente singular e genérico, não somente partícipe de uma espécie, mas produtor de seu gênero, determinado pela suas múltiplas interações e pelo seu tempo histórico. Isso significa que homens e mulheres, em suas iniciativas coletivas e ações individuais, elaboram e dão sentido à história, ao tempo em que são movidos e determinados por esta.

O reconhecimento dos direitos sociais é resultado de lutas e confrontos. Por isso, a origem imediata da Declaração Universal ¹¹ está na Segunda Guerra mundial. Nesse período as violações dos direitos mais fundamentais do homem provocam uma enorme reação e demonstram a necessidade de garantia e proteção destes direitos nacional e internacionalmente.

2.1.4 Intervenções estratégicas do Estado

¹¹ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem traz em seu preâmbulo os motivos e objetivos principais, reconhecendo os direitos humanos (liberdade, justiça e paz no mundo); propondo um ideal de liberdade (falar, crê, libertação do terror e da miséria); exigindo proteção dos direitos humanos para que o homem não seja compelido à rebelião contra a tirania e a opressão; encorajando o estabelecimento de relações amigáveis entre as nações, abrindo a perspectiva, ao lado dos direitos individuais e das liberdades públicas e políticas dos direitos sociais e econômicos, além de “assegurar por medidas progressivas de ordem nacional e internacional seu reconhecimento e aplicação efetivas”.

A luta da classe trabalhadora por garantia de direitos civis, políticos e sociais, no final do século XIX, início do século XX, serviram para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo. Logo, a generalização dos direitos políticos é resultado dessa luta, porém sem atingir o surgimento de uma nova ordem social. Ou seja, houve novas regulamentações sociais e de trabalho por parte do Estado sem ter possibilitado mudanças na divisão de classe, dando continuidade ao atendimento às necessidades da classe dominante.

Logo, ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas assistências são caracterizadas como protoformas de políticas sociais. Com a criação do *welfare state*¹², as políticas sociais passam a ampliar a ideia de cidadania e desfocalizar suas ações, antes direcionadas apenas para a pobreza extrema. Contudo, ocorre mudança na relação do Estado com o cidadão nas seguintes direções: *mudança na visão do Estado, preocupado com as necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores; seguros sociais reconhecidos como direitos e deveres; participação política como exercício de cidadania; incremento nos gastos públicos com as políticas sociais*. Houve então, um significativo avanço no que concerne ao seguro social para a classe trabalhadora. Nota-se com isso o crescimento do movimento operário o que deixou a burguesia em situação “estrita”, era preciso abrir mão para não perder certos privilégios, uma vez que esses movimentos poderiam ganhar cada vez mais força.

Já no Brasil, essa introdução das políticas sociais se dá de maneira diferenciada. O Estado liberal é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. Dessa maneira, a democracia não era uma condição geral da sociedade: estava aprisionada no âmbito da sociedade civil (classes dominantes) a qual utilizava o Estado nacional para o patrocínio de seus interesses gerais. O país então acompanha as tendências internacionais de incremento da intervenção estatal diante das expressões da “questão social”, porém com características próprias.

A política social no Brasil atendeu às necessidades do capital e do trabalho, como questão de sobrevivência, configurando-se nesse contexto da estagnação, como terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência. Com a crise de 1929, devido à depressão econômica estabeleceu-se o chamado “Estado de compromisso”, este que em suas iniciativas deveria garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, bem como ampliar

¹² *Criação e multiplicação* das primeiras legislações e medidas de proteção social nos países da Europa Ocidental. Behring e Santos (2009)

as bases de sua participação política e econômica, estabelecendo mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento.

Então, devido à tomada de consciência da classe trabalhadora, que passou a entrar no cenário político e ameaçar a ordem vigente, o Estado foi provocado a agir de forma diferenciada, pois o trato com a questão social, que até 1930 era considerada como questão policial, sendo à base de repressão já não era mais cabível à uma classe que demonstrava claros sinais de autonomia. As atitudes da classe trabalhadora deixam a dominante sob pena de ser destituída.

A partir do Estado pós-30, a questão social passa a ser tratada como questão política e legal, a fim de garantir a sobrevivência do sistema capitalista. As iniciativas do Estado gerido pelo então presidente Getúlio Vargas, reconheceu que para garantir a sobrevivência do sistema, a questão social deveria ser tratada como uma questão política e legal. Conseqüentemente o governo passou a se preocupar com a Assistência Social pública, dando-lhes respostas políticas voltadas mais para a dimensão trabalhista, inclusive interferindo na organização sindical sob a argumentação da “debilidade” da classe trabalhadora e pela necessidade de zelar pela disciplina, pela ordem pública, pela segurança, bem como por um espírito de solidariedade e fraternidade entre os trabalhadores e destes com seus patrões. Medidas estas que servem para conter as reivindicações da classe trabalhadora, amenizando o conflito entre as classes e cooptar os movimentos sindicais, com efeitos que mascaram a desigualdade social.

Logo, é nesse contexto que se configuram as políticas sociais, utilizadas para garantir o atendimento de necessidades concretas da população usuária e também para controlar os conflitos de classes, assegurando a reprodução do capital e da força de trabalho (SPOSATI, *apud* Brettas, 2008)

Em 1970 a emergência da crise mundial atinge o Brasil, e principalmente, a década de 80, levando ao esgotamento do modelo desenvolvimentista de industrialização do país. Isto fez com que o Brasil enfrentasse um processo de transformação profunda que se revelou na reorganização institucional do Estado e da estrutura produtiva numa dinâmica que redefiniu suas relações com os mercados e a sociedade civil (FIORI, *apud* Alencar, 2003). Na década de 1980, enquanto os países centrais assistiam ao avanço da hegemonia neoliberal, o Brasil experimentava um pacto social democrático o qual ficou explícito na Constituição Federal de 1988, esta que nasceu sob signo de uma forte contradição (Alencar, 2003).

A partir da Constituição de 1988 o Brasil passa a ter em perspectiva a construção de um padrão público universal de proteção social. Levando em consideração a instituição dos

direitos sociais dessa constituição: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Cap. II, art. 6º).

[...] estabeleceu-se um sistema de seguridade avançado no final dos anos 1980, mas incapaz de conter a americanização, com o sistema público se “especializando” cada vez mais no (mau) atendimento dos muito pobres”, no mesmo passo em que “o mercado de serviços médicos, assim como o de previdência, conquista adeptos entre a classe média e o operariado” (Vianna, 1998:142). Essa imbricação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada seguridade social, de caráter universal, redistributiva, pública, com direitos amplos fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência. Behring e Santos (2009)

Portanto é inegável que tal constituição marca importantes avanços na política social brasileira, porém no sistema de proteção estabelecido no país é caracterizado por muitas lacunas que precisam ser preenchidas com iniciativas mais efetivas. Nesse sentido, a assistência social é a política que mais sofre para materializar-se como política pública, pois é preciso superar características históricas de sua formação, deixando de lado o caráter filantrópico, logrando a efetividade do que está disposto no 3º artigo da Constituição Federal:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A assistência social como política social sinaliza o quanto a sociedade capitalista não pode mais responder de forma progressista e humanizadora frente aos problemas por ela mesma engendrados. Assim, como maneira de reproduzir os valores de um sistema

dominante, a principal estratégia é a intervenção junto à família, considerando a mulher com primordial responsabilidade.

Assim em 1993, foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)¹³, embora só efetivada em 1995. Esta lei consiste numa regulamentação do campo de atuação da política de assistência social. Assim está disposto na LOAS:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial¹⁴, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Logo, é inegável o importante passo que foi dado no que concerne à implantação dessa lei, haja vista seu pressuposto que regulamenta a assistência social como direito. Tão logo, em 2004, foi aprovada pelos CNAS (Conselho Nacional da Assistência Social), por recomendação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o propósito de preencher as lacunas ainda existentes sobre o

¹³ **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.

¹⁴ Em nota a LOAS: As palavras “assistencial” e “assistenciais”, expressas, respectivamente nos incisos II e V do preceito em tela, encontram-se em desuso, tendo a Administração Pública empregado, na prática e nos documentos relacionados à política de assistência social, os termos “socioassistencial” e socioassistenciais”, respectivamente. LOAS ANOTADA, 2009.

campo de atuação e sistematização das ações da assistência social. A partir da PNAS foi instituída uma nova estratégia governamental de Gestão da Assistência Social, denominado de Serviço Único de Assistência Social (SUAS). Sistema esse que preconiza e operacionaliza a gestão descentralizada e compartilhada entre as três esferas de Federação (federal, estadual e municipal), implementando projetos e programas e hierarquizando-os de acordo com o seu grau de priorização (básico e especial). Essa operacionalização, por sua vez é realizada pelos CRAS, para a implementação dos serviços de proteção social básica e pelos CREAS, para implementação dos serviços de proteção social especial. E, em seus princípios a PNAS dispõe:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Enfim, a estratégia neoliberal tem ressignificado o conceito de cidadania¹⁵ e criado outro voltado para o mercado, ou seja, só é cidadão aquele que atua na reprodução do capital. O capitalismo continua a produzir e reproduzir a desigualdade social. É inegável a importância que os direitos sociais assumiram na contemporaneidade, porém estes são utilizados nas estratégias dos capitalistas e aliados para administrar a classe trabalhadora, mantendo-a passiva, apenas “receptora” desses direitos.

Desse modo o que fica explícito é um recuo dos padrões de proteção social em detrimento a viabilização dos direitos sociais. É evidente a participação de um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos, caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de

¹⁵A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão./ Quando temos um conceito de cidadania vinculado reciprocamente à propriedade, trata-se da cidadania mais formal, a que serve à dominação. Num tipo de cidadania mais efetivo, os direitos são extensivos, quantitativamente e qualitativamente, a todos.(Crove, 2002)

alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais (Yasbek, 2001). Trata-se de um Estado mínimo que termina por reproduzir a desigualdade social, com propostas fundamentadas numa visão de política social com caráter complementar, ofertando ao indivíduo o que não foi conseguido através do mercado, família ou comunidade.

Segundo Yasbek, 2001, o estado brasileiro, atualmente, anuncia em seu plano Diretor que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir. E, em relação aos problemas sociais está focado apenas em minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural. O que parece é haver uma regressão de direitos sociais.

Contudo, se as políticas públicas tivessem ações mais contundentes em relação às demandas sociais, comprometidas com a concretização dos direitos humanos. Esta seria a construção de uma sociedade factualmente democrática.

Enquanto isso não for possível é importante a permanência das lutas em prol da garantia da efetividade dos direitos sociais. Assim, à classe trabalhadora é imprescindível a atuação nos espaços acenados para os direitos, integrando na deliberação do exercício de cidadania estimado na esfera social.

2.2 Função social da família

A princípio a sociedade havia se organizado para atender às necessidades de sobrevivência dos indivíduos. De forma articulada e hierarquizada o homem foi se organizando e constituindo um núcleo chamado família. E, conforme a exigência social de cada época esse núcleo foi se transformando.

Conceituar família não é algo imutável nas teorias sociais e humanas, uma vez que é compreendida de forma positiva ou negativa, em certos contextos históricos. “É acusada como gênese de todos os males, especialmente da repressão e da servidão, ou exaltada como provedora do corpo e da alma” (Sawaia, 2005). Apesar de ter ocorrido uma série de mudanças em sua estrutura, a família nunca deixou de ser unidade produtora e provedora de serviços, devido, em grande parte ao trabalho da mulher. Então, a família continua sendo a mediação entre indivíduo e sociedade, pois esta é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família

contemporânea presente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (Carvalho, 2011).

A família brasileira traz em sua formação um gama de valores e culturas diversificado, tendo em vista sua formação racial miscigenada, assim como traz em seu histórico de formação inúmeras alterações na dinâmica sócio-familiar, cabendo aqui detalhar uma breve explicação desses momentos. Contudo:

[...] a família no Brasil colônia é considerada uma instituição indispensável para a vida social. Aquele que não fizesse parte de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo mal visto, renegado ou ignorado. Neste momento histórico, a noção de indivíduo, na cultura brasileira, ainda não havia se enraizado, e o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. O vínculo família era, portanto, cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à ideia de prestígio social. “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, o nossa mais franca antipatia” (Da Matta, 1987, *apud* Moncorvo, 2008)

No período colonial foi seguido como modelo de família o patriarcal conservador, instaurado pelo povo ibérico que se instalou no Brasil, imbuída por influências religiosas e culturais a sociedade brasileira adotou tal modelo. Apesar de predominante, esse modelo de família não foi exclusivo, mesmo no período colonial, segundo, Moncorvo, 2008, estudos a partir da década de 80 notificaram outros tipos de organização familiar, variando de acordo as regiões brasileiras. As famílias monoparentais e a concubinação encontrava-se presentes em todo o período colonial, sendo que a sua prática permaneceu nas classes populares e trabalhadoras nos séculos XIX e XX. (MONCORVO, 2008, *apud*, Samara (1983) e Correa (1982)

No século XIX, com o processo de modernização do Brasil, houve também a modernização da família. Mesmo com modelo econômico latifundiário e escravocrata, o Brasil, incorporou nos modos de organização um “aburguesamento”, que contribuiu para o controle familiar, assim o homem era responsável pelo sustento da família enquanto a mulher ficava o papel de cuidar dos filhos e da casa. Ao homem se aplicavam os mais amplos direitos de representar a família, administrar os bens comuns e particulares da esposa, fixar domicílio da família e exercer o pátrio poder sobre os filhos; enquanto a mulher desempenhava papel secundário (Alves, 2006 *apud* MONCORVO, 2008).

Muitos são os fatores que implicaram na transformação do perfil da família brasileira, vale aqui ressaltar o desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento da pílula anticoncepcional aliado à expansão do feminismo, possibilitou a mulher optar ou não pela maternidade e atuar no mundo social. Se a família antes da revolução tecnológica, em especial onde a reprodução humana era concebida como coisa natural, a partir dos anos 80 as tecnologias reprodutivas dissociaram a gravidez da relação sexual entre homem e mulher, o que começou a introduzir no universo naturalizado da família a dimensão da escolha (Sarti, 2005). Assim houve a quebra na concepção dos fundamentos tidos como naturais que mantinha costumes e pactos familiares.

Segundo dados do IBGE, o tamanho das famílias brasileiras, que na década de 80 foi de 4,5 pessoas em média, chega ao fim dos anos 90 com apenas 3,4 pessoas. A família tradicional, composta pelo casal com filhos, caiu de quase 60%, em 1992, para 55%, em 1999, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção de outros tipos de composição familiar: de mulheres sem cônjuge e com filhos (de 15,1% para 17,1%) e de casal sem filhos (de 12,9% para 13,6%). A redução do tamanho da família pode ser explicada, sobretudo, pela acentuada queda na taxa de fecundidade nas últimas três décadas, de 5,8 filhos, em 1970, chega a 1999 com 2,3 filhos. Fatores como a mudança de valores culturais do brasileiro e o ingresso maciço de mulheres no mercado de trabalho também influenciaram a redução da família ao núcleo conjugal com filhos. Desse modo, cabe ao Estado moldar as estratégias das políticas públicas de acordo aos diversos modos de organização do núcleo familiar na contemporaneidade, assim concretizando a efetividade nas ações de tais políticas.

2.2.1 Família no alvo das políticas públicas

A família contemporânea compreendida como principal instituição responsável pela reprodução social, ganha visibilidade nas iniciativas do Estado para com a sociedade.

[...] através da família encontra-se a chance de reconstruir o aspecto multifacetado da pobreza, desviando-se, assim, de uma noção genérica e homogeneizadora da pobreza, tendo em vista que na família são variadas as formas de inserção no mercado de trabalho, os rendimentos auferidos, as condições de moradia e o acesso a bens, serviços e políticas sociais. A família põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiências

de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas à reprodução biológica e social. Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas, delineando o modo como as situações adversas, relacionadas à pobreza, se inscrevem no cotidiano familiar. (Alencar, 2003)

No Brasil, a situação de vulnerabilidade das famílias está diretamente associada à sua situação de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país. E, quando esta deixa de cumprir suas funções básicas junto a seus membros, acaba gerando custos sociais e financeiros adicionais, contando com iniciativas públicas e privadas de caráter compensatório, nem sempre eficazes, mas que tornam-se necessárias diante tal realidade.

De acordo com Carvalho (2001), a política social no Brasil não tem logrado alterar o quadro de pobreza e exclusão de parcela significativa da população brasileira. Ao contrário, observa-se a cada década a ampliação da desigualdade social e da concentração de renda. A política social tem características ligadas ao assistencialismo; privilegia aos segmentos minoritários da população, legitimando a classe dominante; é importadora de um modelo internacional, não condizente com a realidade brasileira. Desse modo, o reconhecimento e a garantia de direitos sociais, embora fruto de indiscutível avanço civilizatório, acabou enviesando o olhar para o contexto do fetiche capitalista da mercadoria (Carvalho, 2011)

No Brasil, no final da década de 1970, houveram muitos movimentos sociais (de mulheres, meninos e meninas de rua) que deram visibilidade à importância do vínculo de crianças, adolescentes, idosos e mulheres com a família, decorrente da ineficácia das legislações e políticas sociais específicas. Então, resultado de movimentos como esses a Constituição Federal de 1988 promulgou em seus princípios a importância da família:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir de tal Constituição, a família passa a dividir com o Estado e sociedade a responsabilidade pela proteção e “promoção” do indivíduo. Torna-se imprescindível a

centralidade da família nas políticas sociais em direção à garantia dos direitos sociais. E, paralelo à Constituição de 1988, houve a emergência da ideologia neoliberal, relacionada com o discurso de crise do estado interventor. Nesse contexto, nos anos 1990, o Estado brasileiro passa a promover a transferência de suas responsabilidades a setores da sociedade civil, apelando para a solidariedade na busca de soluções imediatas para os problemas sociais. Há uma adesão à privatização das políticas sociais.

Devido ao neoliberalismo surge a despolitização da reprodução social dos trabalhadores, a família passa a ser percebida como questão de ordem privada, ou seja, esta é uma tendência de privatização da vida social brasileira, paradoxo à essa relação está a atenção voltada aos indivíduos quando lhes é proporcionado vislumbrar a possibilidade de inserção social, do mesmo modo a fragmentação das ações voltadas à estes (políticas destinadas às crianças, idosos, deficientes, mulheres), engendra uma fragilização no enfrentamento da pobreza que tem aspecto multifacetado.

No Brasil, os programas de orientação e apoio familiar, vêm destacando a necessidade de “recuperação” da importância da família como lugar de busca de condições materiais de vida, de pertencimento na sociedade e de construção de identidade, principalmente nas experiências de insegurança, como a perda de lugar na sociedade, ou seja, ameaça de pauperização¹⁶ trazidas pelo desemprego (Miotto, 2001).

Assim, as crescentes demandas de proteção social são postas não apenas por “pobres” ou “desempregados”, mas por uma maioria de cidadãos, que encontram-se ameaçados pela eminência de um desemprego, perderam a segurança advinda de seus tutores modernos: o trabalho assalariado e o Estado (Carvalho, 2005).

As atuais iniciativas de proteção social estão vinculadas ao estabelecimento de parceria com a família e comunidade. Hoje fala-se menos em internação hospitalar e mais em internação domiciliar, médico da família, cuidador domiciliar, agentes comunitários de saúde, em programa de saúde da família, centros de acolhimento, reabilitação, etc. É responsabilidade da família em primeira instância a garantia de condições para o desenvolvimento integral de seus membros.

A lógica neoliberal, caracterizada por um Estado mínimo, isentando-se de deveres concernentes ao cuidado com os cidadãos, sobrecarrega a família que partilha as

¹⁶ A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (Braz e Netto, 2008, p. 135.)

responsabilidades das políticas públicas de proteção e reprodução social. E, como maneira de superar suas condições precárias de sobrevivência, as famílias empobrecidas brasileiras criam estratégias, como por exemplo, contar com a solidariedade parental e conterrânea, para atenderem às necessidades básicas, bem como aceitar a religião como porta de acalento e esperança. Logo, devido ao “apartheid social”¹⁷, com ausência de trocas culturais e sem acesso a serviços de educação, lazer e cultura, as famílias possuem poucas ferramentas para romper com sua identidade de excluídos (Carvalho, 2005). Nesse contexto, o que as políticas públicas fazem é compensar as famílias empobrecidas, porém sem iniciativas que possibilitem a promoção social e, conseqüentemente, a efetivação da qualidade de vida.

A retração do Estado da esfera social, revaloriza e responsabiliza a família para prover as necessidades do indivíduos. Tão logo, a família ganha centralidade nas iniciativas voltadas ao bem estar do indivíduo na sociedade, cabendo a ela lançar alternativas para suprir as “falhas” da rede de proteção social, o que tem deixado a desejar no enfrentamento dos problemas sociais.

As condições sociais e econômicas do Brasil, na atualidade, refundam a tendência historicamente predominante na sociedade brasileira, a de resolver na esfera privada questões de ordem pública. (Alencar, 2005). Nessa perspectiva, fica evidente que as ações das políticas sociais tendem à atender os casos mais extremos dos problemas sociais, quando estes apresentam-se como patologias sociais, denotando que as dificuldades cotidianas das famílias são assistidas o bastante para que as situações engendradas pelo sistema capitalista não cheguem ao extremo, a ponto de gerar empecilhos para o alcance de seus propósitos. Desse modo, o Estado não está sendo efetivo em suas ações, o que acarreta a legitimação da desigualdade social, controlando a sociedade em direção à manutenção da ordem vigente. Contudo, dispostas à princípios assistencialistas e normatizadores, as famílias empobrecidas ficam penalizadas, pois além de não conseguirem promoção social, não desfrutam de uma boa qualidade de vida.

Enfim, as leis, as políticas e os serviços públicos organizam-se com base num modelo de família que vem cada vez mais perdendo a importância, o de casal com filhos sendo considerado o homem provedor exclusivo e a mulher unicamente como cuidadora. Desta forma, se reforça e se reproduz a cada dia a naturalização da obrigação feminina pelos

¹⁷ Vive-se no Brasil hoje um verdadeiro “apartheid” entre ricos e pobres. Não se percebe, mas estes “apartheid” é notório, especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídos não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade. A pequena população rica vive em bairros que são verdadeiros condomínios fechados com todos os bens e serviços disponíveis. (Carvalho, 2011)

afazeres domésticos. Por consequência, independentemente da idade, da posição na família (chefe ou cônjuge), do estado da ocupação, da classe social, as mulheres ainda são as que respondem pelo trabalho doméstico, sem uma contrapartida das políticas de proteção social para dar esse apoio no desempenhar dessa multiplicidade de papéis, sem oferecer uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias, responsabilizando-as pelos ganhos e perdas dos seus membros.

3. CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

3.1 A inserção da mulher no espaço público

A questão de gênero é uma perspectiva importante por se tratar de uma dimensão poderosa e onipresente do mundo social. Para além da diferença biológica e sexual entre os homens e mulheres, as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e cultural um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. A questão de gênero está intrinsecamente relacionada às relações de poder, o que desencadeia a reprodução das desigualdades e diferenças sociais, embora não seja o único fator responsável.

De acordo com Melo (2005), o uso do conceito de gênero procura dar conta da vivência diferenciada das mulheres e dos homens; das diversidades dos processos de socialização para homens e mulheres; dos padrões diferenciados de comportamento entre os sexos, dentre outras diferenças construídas culturalmente. Sendo assim, o gênero também constitutivo das relações que são estabelecidas na sociedade.

Na organização da sociedade capitalista, inicialmente, a responsabilidade de produzir e reproduzir a sociedade estava organizada para homens e mulheres, respectivamente. Logo, estava estabelecida a *divisão sexual do trabalho*, onde ao homem cabia prover o sustento do lar e à mulher cuidar do marido e dos filhos, estes que eram e seriam os vendedores da força de trabalho, atendendo assim a um sistema vigente. As relações entre mulher e homem, se constituem em relações de poder, onde há a naturalização do trabalho doméstico pertencente ao mundo feminino, por outro lado as competências masculinas davam-se no espaço público. Assim era legitimado os limites entre o público e o privado¹⁸, onde o privado como espaço da mulher, representado-a como vítima de sua própria natureza, quando se apreende a maternidade como necessidade e o espaço privado como lócus de realização das potencialidades femininas (MATOS, 1994 *apud* Fonseca 1999).

Discordando dessa assertiva, Badinter (1994), citada por Fonseca (1999), desmistifica a maternidade, atribuindo-lhe a historicidade que lhe é inerente, afirmando que o papel da mulher é construído para atender às necessidades sociais, assim delegando à mulher a função

¹⁸ [...] os limites do público e privado foram definidos e tornaram-se mais precisos na Inglaterra vitoriana do século XIX que representa o lar e a família, em termos naturais e a esfera pública como instância histórica.

social de ser boa mãe, esposa e responsável pelo cuidado e manutenção da força de trabalho. Então, tais funções são natural e exclusivamente incorporadas pelas mulheres, perdurando até mesmo quando estas tiveram que desempenhar a funções destinadas aos homens, haja vista quando ocorre sua inserção nos espaços de produção. Para tanto, foram construídas “boas trabalhadoras/profissionais” sem abrir mão das funções ditas inerentes, objetivando sempre compatibilizá-las, como se só a elas coubesse a superação das dificuldades e contradições inerentes ao desempenho dessa multiplicidade de papéis (BADINTER, 1994, *apud* Fonseca 1999).

Segundo Rago (2004), ser mulher até aproximadamente no final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido”, para um casamento indissolúvel e afeição-se a atividades leves e delicadas, as quais exigissem pouco esforço físico e mental. Configuração esta que reforçava a ideia da fragilidade da mulher e, conseqüentemente a sua subalternidade ao homem. Embora nessa mesma época já existissem mulheres que escapavam às regras e desfrutavam da esfera pública, porém estigmatizadas e condenadas física e moralmente.

Então, muitas foram as lutas e conquistas em prol da visibilidade e mudanças nas condições femininas no Brasil. Essa questão se enfatiza devido ao início da industrialização no final do século XIX, onde foi necessária a participação das mulheres, em especial as pobres, no mercado de trabalho.

Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização, a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegou nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política. É preciso assinalar que esta nova mulher mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino. Esta evidência remete à denúncia pelo movimento de mulheres da invisibilidade do trabalho feminino e as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva (rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos e chefia). O tema da invisibilidade é sem dúvida o mais

antigo das reivindicações feministas e refere-se, na verdade, à tentativa de uma nova interpretação do trabalho doméstico num debate com a Economia Política. (Melo, 2005)

Com tais mudanças emergiu a possibilidade da quebra com as ideias conservadoras atribuídas às mulheres. A mulher agora divide o espaço público antes masculinizado, porém, as mulheres, em sua maioria, continuam a desempenhar atividades domésticas objetivando bem-estar familiar, sem dividí-las com os homens. Tal situação aponta para uma direta relação entre divisão sexual do trabalho e pobreza das mulheres, quando a inserção feminina acontece em paralelo ao crescimento de atividades informais, sem remuneração e aumento das taxas de desemprego.

Segundo dados do IPEA, pesquisa realizada pela PNAD, aponta que em 2009, 90% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais de idade afirmaram realizar afazeres domésticos, comparados a 50% dos homens. Desde 1995, podem ser percebidas suaves oscilações tanto entre os homens como entre as mulheres. Há uma tendência de estabilidade na proporção de pessoas que realizam afazeres domésticos, sendo que as mulheres mantêm-se em torno dos 90% e os homens oscilam entre 46 e 50%. Sendo que esse resultado também varia de acordo com raça, região, etc. Esta pesquisa reforça a questão do gênero implicada nas relações sociais, cujas determinações engendradas a partir dessa dimensão necessitam serem revistas, enfrentadas e superada. E, embora tenham oportunidade, muitas mulheres não conseguem conciliar trabalho formal com cuidado com os filhos, entre outras atividades domésticas, preferem optar pela informalidade para não abrir mão de tais tarefas. Logo, surge a necessidade de serem incluídas no público atendido pela política de assistência.

3.2 Mulher na chefia familiar

Se o modelo familiar tradicional caracteriza-se pela figura suprema da paternidade, na configuração da família contemporânea, rompe-se com essa supremacia e focaliza na figura da mulher. “A família recomposta ou monoparental feminina ¹⁹o ‘poder das mães’ torna-se cada vez mais crescente” (Roudinesco, 2003 *apud* Moncorvo, 2008).

¹⁹ Trata-se de uma inversão dos papéis tradicionais: feminilização dos homens e a masculinização feminina. (Roudinesco, 2003 *apud* Moncorvo, 2008)

De acordo com Sarti (2005), falar em família no começo do século XXI, no Brasil, implica referência à mudanças e à padrões difusos de relacionamentos. E, desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar e instituiu a dimensão privada²⁰ da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referente relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico (Scavone, 1993, *apud* SARTI, 2005). O desenvolvimento da pílula anticoncepcional, aliado ao trabalho remunerado da mulher, implicou na vida subjetiva e social da mulher, assim conseqüentemente, no surgimento de novos arranjos familiares.

Segundo informações do IPEA (2010), no período de 2001 a 2009, os dados da PNAD²¹ evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que, em termos absolutos representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher em 2009. Essas famílias são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações, mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos. O mesmo instituto faz uma abordagem à respeito do crescimento do número de mulheres chefes de família, levando em consideração a queda da fecundidade, redução do tamanho das famílias, maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, envelhecimento populacional e processo de individualização do sujeito, etc, que trouxeram mudanças nos padrões culturais e nas formas de inserção social da mulher. Embora em pesquisas realizadas fique claro que há muito a ser explorado e respondido acerca desse novo fenômeno.

Se a receptividade atual ao feminino pode ser considerada resultante da invasão do mundo público pelas mulheres, ou melhor, da dissolução das fronteiras simbólicas construídas entre público e privado das pressões do feminismo e da diminuição do medo que causava, assim como da própria mudança da consciência de gênero das mulheres, pode-se notar que se deve

²⁰ “A família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todo nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações incluídas na própria vida em sociedade. é um campo de mediação imprescindível .” (Carvalho, 2005)

²¹ Com a introdução do conceito de “pessoa de referência” em substituição ao de “chefe de domicílio”, a PNAD transferiu ao respondente a tarefa de nominar a *pessoa*, homem ou mulher, responsável pelo domicílio. Essa mudança da perspectiva de gênero foi um salto importante, pois a noção de chefia, pela matriz cultural dominante, poderia ser mais facilmente atribuída à figura masculina do domicílio, marido ou pai.

ainda, em parte, à própria falência dos modos masculinos de organizar e gerir a vida social, num mundo marcado pela violência, pela desagregação social, pela atomização do indivíduo e por uma profunda crise nas formas da sociabilidade, incluindo-se as de gênero. Sabe-se que uma grande quantidade de mulheres, nas diferentes classes que constituem a sociedade brasileira, tornou-se chefe de família porque os maridos, companheiros e amantes desertaram, não conseguindo se ressituar e interagir na nova ordem familiar descentralizada e des-hierarquizada. (Rago, 2004)

A histórica determinação do lugar das mulheres na sociedade assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, a qual definiu a esfera privada como o espaço feminino parece ainda estar vigente. Contudo o maior desafio de superação dessas condições é imposto às mulheres das camadas mais pobres, quando vários fatores influenciam em sua dinâmica como: *péssimas condições de trabalho, inserção no mercado informal, remunerações baixas, quando sim*. Logo, imbuídas nessa situação, as mulheres pobres continuam a ser penalizadas e, para a superação dessa questão é pertinente a participação do Estado em deliberar por iniciativas que ao invés de reforçar essa condição, permita sua superação, ofertando condições para além do atendimento às necessidades básicas de sobrevivência, mas possibilitando uma boa qualidade de vida à todos envolvidos nesse fenômeno, distanciando-os dos problemas engendrados pela desigualdade social.

3.3 Trajetória da mulher em direção aos direitos sociais

Integrantes de uma sociedade patriarcal, às mulheres eram negados muitos direitos, como: ao corpo, à escola, à terra (propriedade), de decidir sobre uma gravidez indesejada, trabalho, etc. Contudo, suas formas de resistência ao processo opressor, proporcionaram a visibilidade da exclusão aos direitos sociais. Não obstante, houveram significativas transformações na sociedade que impulsionaram a emancipação feminina. Assim, a contemplação de direitos sociais, políticos e econômicos, foram fruto de lutas travadas e conquistadas ao longo de décadas de persistência. E, para sintetizar as décadas de mobilizações e movimentos das mulheres objetivando superar suas condições de subalternidade e invisibilidade segue uma tabela com uma breve pontuação de tais desafios e conquistas:

Conquistas políticas, econômicas e sociais: 1852 – 1975	
Ano	Fatos:
1852	Publicação do “O Jornal das Senhoras, o qual questionava o tratamento conferido às mulheres pelos maridos, defendendo que fossem mais valorizadas. Para a época este significou um reconhecimento dos aspectos emocionais e espirituais da mulher, nos papéis de mãe e esposa.
1860	Inserção das mulheres de classe elevada na realização de atividade filantrópica. Oportunidade para se afastarem do tédio de uma existência limitada. Houve também a atuação das mulheres no movimento abolicionista, embora não tivessem um posicionamento político, contribuía com o levantamento de fundos para tal finalidade. Mesmo com tal participação ainda estavam submissas aos homens que mantinham as associações feministas de cunho abolicionista.
1870	Mais fundações de jornais feministas. Estes ressaltavam a relevância da educação das mulheres, mas com o intuito de favorecer toda sociedade. algumas editoras, como: Da Violante, do jornal ‘O domingo’, defendiam educação equivalente às dos homens, para que se tornassem boas mães e esposas.
1891	Veto ao sufrágio feminino, com discursos que denotavam a inferioridade feminina. Alguns deputados defendiam o voto, como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes Fonseca. A constituição desse ano manteve como eleitores os “cidadãos” acima de 21 anos de idade, exceto os analfabetos, soldados, mendigos, e religiosos. Porém, as mulheres que levantavam a bandeira dessa causa, tentaram se alistar até o período de duração dessa constituição, mas não obtiveram sucesso, contudo a ideia do voto feminino não foi mais abandonada.
1910	Leolinda Daltro e Gilka Machado, fundaram o Partido Republicano Feminino, embora nenhuma das mulheres fossem elegível, ou mesmo eleitora. Esses partido desapareceu ao final desta década.
1918	Bertha Lutz publicou um artigo em uma revista conclamando a se associarem , formando uma “liga” as mulheres que entendessem que “mulher não deve viver parasitariamente de seu sexo”, antes, deve”[...] tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com

	ela.”
1922	Organização da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (F.B.P.F), filiada à Internacional Woman Suffrage Aliance. Esta defendia os direitos políticos das mulheres e prioritariamente o sufrágio feminino.
1931	O código eleitoral provisório permitia às mulheres o direito de votar, limitado às “solteiras ou viúvas com renda própria, ou as mulheres casadas com a permissão do marido. Logo, a F.B.P.F, protestou e, unindo-se à Aliança Cívica das Brasileiras e à Aliança Nacional de Mulheres, conseguiram retirar do código tais restrições .
1932	Por decreto, as brasileiras obtiveram o direito de votar e ser votada, em igualdade de condições com os homens.
1937	Ocorreu o golpe de Estado de Getúlio Vargas. O voto feminino perdeu seu sentido por um ato de força.
1945	A F.B.P.F. perdeu o poder de atuação. E, coincidindo com o término da Segunda Guerra Mundial, voltou a prevalecer uma valorização do papel feminino associado ao lar.
1960	Surgimento de movimentos sociais, inclusive o Feminismo. Surgimento da pílula anticoncepcional, o que permitiu o questionamento da identificação entre sexualidade e procriação.
1962	Aprovação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121), com o qual a mulher deixou de ser representada legalmente pelo marido e passou a ser colaboradora dele, no seu papel de chefe de família.
1968	Início da segunda fase do movimento feminista, conhecida como “diferença radical”.

No que tange ao feminismo, este foi um movimento que, no Brasil, ressurgiu profundamente imbricado com os movimentos políticos dos anos 1960, embora para sua realização tivesse havido as manifestações supramencionadas e tantas outras, que contribuíram incisivamente na garantia e conquista de direitos. E, nos anos 70, surgiram grupos de reflexão de mulheres, bem como organizações fora do país, afim de introduzir reivindicações feministas. Ainda na década de 1970, houve um avanço das mulheres nos

âmbitos político e social, bem como na visibilidade à condição feminina no país, com o início da pesquisa científica abordando tal situação.

Logo, este movimento engendra mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais, inclusive alterações legislativas que visavam não só igualdade entre os homens e mulheres, mas o espaço que a mulher deveria ocupar na sociedade, o que teve fundamental importância para a inscrição no texto da Constituição de 1988, que versa em seu texto, no que se refere aos Direitos e Garantias Fundamentais, expresso no artigo 5º, a igualdade dos sexos perante a lei:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(...)

Portanto, tal Constituição foi um importante marco no processo de redemocratização do país, uma vez que, instituiu e consolidou importantes avanços na ampliação dos direitos das mulheres e no estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias.

Para tanto, em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher²² (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e sociais. E aliado à Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM²³) da

²² O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. De 1985 a 2010, teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que amplia o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. É também atribuição do CNDM apoiar a Secretaria na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/conselho>

²³ LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003/Art. 22. À Secretaria de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até 3 (três) Secretarias. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

Presidência da República conseguiu ampliar o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

A criação de espaços institucionais demonstrou o êxito alcançado através das lutas pela visibilidade da condição feminina. E, articuladas ao Estado houve a possibilidade de instituição de práticas voltadas à formulações e implementações comprometidas com tão condição. Sendo assim, ao analisar a trajetória histórica da mulher, nota-se que a ocupação de espaço significativo na sociedade denota grande ascensão social em que as mulheres estão submetidas. A mulher já mostrou competência para atuar em diversas áreas, através da ocupação de cargos importantes em seus mais diversos campos; entretanto, infelizmente, a concepção de que o dever dela consiste em cuidar do lar, ainda está enraizado na sociedade. No entanto, para além da garantia de tais direitos é necessária sua efetividade, o que contribuirá para o reforço e legitimação da emancipação feminina.

3.4 Feminização da Assistência Social

A marca da “feminização” na Assistência Social, não se desenvolve espontaneamente, ao contrário, possui determinações históricas, fundadas em uma cultura de subordinação das mulheres, com nítidos interesses de classe. Este fato pode ser percebido por meio da responsabilização das mulheres pela reprodução social, reforçando a naturalização de papéis conservadores da questão de gênero.

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho foi um dos fatores que trouxeram novos debates em relação ao trabalho feminino. O fato de terem salários menores comparados aos dos homens, a ocupação de cargos menos valorizados e até a “dupla jornada” de trabalho são questões que impulsionaram as mulheres a enfrentarem riscos e situações de vulnerabilidade social provocadas pela pobreza.

Segundo Mioto (2005), a vulnerabilidade à pobreza está relacionada, além dos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos. Ou seja, inúmeros aspectos definem essa realidade. Para tanto, essa assertiva está imbricada ao início da inserção direta da mulher na esfera da produção discutido anteriormente, ainda nesse capítulo, ocupando um espaço outrora definido como exclusivamente masculino sem que isso fosse

revertido em ascensão econômica, ou mesmo na conversão de acesso a mais direitos sociais, políticos, etc.

No Brasil, na década de 1980 colocava-se como pauta de discussão, em um contexto de forte pressão democrática e, também, de empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias, a questão do avanço da universalização da proteção social, a redução das desigualdades internas aos sistemas e a maior efetividade social do gasto. Da mesma forma, colocava-se como prioritária a reforma das estruturas institucionais através dos mecanismos de descentralização, transparência dos processos decisórios e participação social da sociedade civil. Inclusive, a Constituição de 1988, ao definir a previdência social, a saúde e a assistência social como componentes do sistema de seguridade social, estabelece a cidadania como direito universal, estendendo os direitos a toda a população, independentemente do vínculo com o mercado formal de trabalho. (Mioto, 2005)

O fato é que houve uma reforma estrutural que não contemplou a demanda social, sendo que devido à lógica neoliberal, as responsabilidades do Estado são transferidas para os indivíduos, sendo culpabilizados por sua condição social. Desse modo, devido à precarização da qualidade do emprego, discutido no capítulo anterior, deflagração da camada subalterna da sociedade capitalista, em especial das mulheres que já abarcavam condições precárias de trabalho, houve a necessidade de voltar iniciativas para conter o agravamento dessa situação. Segundo dados do IBGE (0002), na desigualdade por gênero, as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas também se aposentam em menor proporção que os homens e há mais mulheres idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão, do que homens.

De acordo com Melo (2005), quando se trata de pobreza, é essencial o recorte de gênero, uma vez que as condições objetivas de trabalho se apresentam de formas diferentes para ambos. Devido às funções naturalizadas femininas, há dificuldades na participação da mulher na esfera produtiva, retratando a intrínseca questão de gênero relacionada às relações de poder, esta que também é responsável pela reprodução da desigualdade e diferenças sociais. Também é importante ressaltar que a inserção da mulher no mercado de trabalho aconteceu paralelo ao crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e ao aumento das taxas de desemprego. Todavia, dos sujeitos envolvidos, a mulher torna-se a mais vulnerável às conseqüências do sistema de produção capitalista, refletidos na sua luta pela sobrevivência.

[...] por meio do desvelamento das relações entre gênero, podemos perceber que vivenciamos, também no mundo produtivo e reprodutivo, uma construção social sexuada. Isso significa que as funções exercidas por homens e mulheres têm uma dimensão de gênero. Estes sujeitos são, desde a infância, por meio da escola, da família e também da forma como são representados na sociedade mais ampla, diferentemente qualificados e conduzidos a fazer “escolhas” que os levam a ingressar no mercado de trabalho por intermédio de um modelo pré-estabelecido. O referido modelo, apesar de presente nessas pretensas “decisões” tomadas pelos indivíduos, aparece apenas de forma subliminar, sem que seja percebido e, conseqüentemente, questionado. Nesse sentido, o Estado capitalista [...] “tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho” (ANTUNES, 1999, *apud* Cisne, Brettas e Russo, 2008)

A lógica neoliberal aponta que o caminho do progresso está marcado pelo crescimento produtivo que se expressa pelo aumento das taxas de lucro e competitividade nos grandes negócios, obtidos às custas de um marcado processo de concentração e monopolização dos meios de produção, do controle oligopólico do mercado, submetendo os trabalhadores a condições de trabalho subjacente ao processo de barateamento dos custos de produção. Nesse contexto, as mulheres têm sofrido mais que os homens esses processos de subvalorização do trabalho, tanto no âmbito do mercado produtivo quanto nas tarefas constituintes do trabalho doméstico estabelecidas, historicamente, como femininas. Assim, vários processos destrutivos da vida das mulheres têm sido detectados, como: *o aumento na proporção de mulheres chefes de família, aludido neste capítulo, sem suportes jurídicos e salariais vigentes para os homens; expansão do trabalho feminino de baixa qualificação; feminização e conseqüente desvalorização social de algumas profissões; falta de condições seguras de trabalho para as mulheres; remuneração mais baixas pelas funções desempenhadas por homens; peso da tripla carga de trabalho para possibilitar as condições de sobrevivência familiar.*

No entanto, o caráter compensatório das políticas públicas tem reforçado o caráter da “feminização da pobreza”, pois, trata-se de iniciativas voltadas à amenização da pobreza. Tais políticas estão se configurando parciais, sem propor de fato acesso aos direitos sociais, o que recai negativamente na qualidade de vida e na emancipação humana dos sujeitos dependentes destas. No desenho das políticas públicas no Brasil tem se desenvolvido uma forte tendência à focalização, em oposição à proposta universalista. Ou seja, são políticas que priorizam o atendimento aos pobres, contudo passa a alcançar somente os que estão em extrema condição

de sobrevivência, não levando em conta, por exemplo, a questão de gênero que é tão excludente na nossa sociedade. É necessária a existência de políticas que a leve em consideração a questão de gênero, sem que para isso haja uma subversão de valores, mas, a equidade nos direitos, eliminando assim, com a estratégia da subordinação feminina para manter e reproduzir o sistema capitalista.

Assim, apesar dos ganhos obtidos na trajetória das mulheres no Brasil, nos mais diversos âmbitos (sociais, políticos, econômicos, etc), assiste-se hoje a um modelo de proteção social restrito, uma vez que é reativo às questões de extrema necessidade. Ou seja, trata-se da participação mínima de um Estado cada vez menos responsável pelo enfrentamento das expressões da questão social.

Atualmente, o Governo Federal vem delegando à mulher a responsabilidade em administrar os programas sociais, a exemplo do Bolsa Família ²⁴, ficando a seu cargo os recursos desses programas. É inegável o reconhecimento político que tanto foi almejado pelas mulheres em anos de luta, por outro lado, é importante analisar a efetividade desse modelo adotado, se são disponibilizados recursos suficientes para oferecer a estas mulheres viabilização no que se refere ao acesso aos direitos sociais.

[...] É preciso levar em consideração que esses programas sociais do governo contribuem para ampliar a circulação da renda na economia e garantem o consumo provado das famílias. Associada a essa análise, ao focar a administração desse recurso pelas mulheres, o Estado tem assegurado não apenas o retorno imediato da renda para a economia, como também o investimento na garantia das condições mínimas da reprodução social. Isso ocorre devido à responsabilidade que as mulheres têm como a família que – diferentemente de muitos homens – não dependem recursos com mercadorias e produtos que não sejam vinculadas diretamente à sobrevivência dos seus entes. Como os recursos dos programas sociais são mínimos, qualquer gasto que os desvie da garantia da reprodução social é significativo. O investimento na mulher, portanto, consiste em uma possibilidade mais concreta de “racionalidade” no gasto familiar. (Cisne, Brettas e Russo, 2008)

Logo, a reflexão dessas autoras permite perceber a estratégia do Estado, aliada aos interesses da classe dominante, em direção à manutenção e reforço da reprodução do capital.

²⁴O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Logicamente está implícito um interesse em se apropriar da historicidade da mulher, em que esta é naturalizadamente responsável pela reprodução social. Assim, a torna alvo de um sistema que dispõe dos mínimos necessários, apenas ofertando meios de sobrevivência para concretizar a lógica capitalista, para tanto é necessário o controle da classe desfavorecida, essa que torna-se a grande responsável em atender os interesses do capital. É rentável à esse sistema a focalização da mulher em administrar os escassos recursos disponibilizados pelo Estado, mas, suficiente para dar continuidade ao atendimento dos interesses da classe vigente. Nessa lógica não há possibilidade de autonomia da mulher, nem mesmos aos seus dependentes, dando continuidade à reprodução da desigualdade social.

Segundo Iamamoto e Carvalho, (2011), A ideologia conservadora sobre a mulher encontra-se vinculada com os interesses da classe dominante pela influência da mulher na família, “base da reprodução material e ideológica da Força de Trabalho”. Contudo, na estratégia do governo em focar as mulheres nos atuais programas sociais, governamentais ou não governamentais, significa responsabilizá-las em “administrar a pobreza com recursos irrisórios e potencializá-los para dar respostas aos interesses capitalistas (Cisne, Brettas e Russo, 2008). Nesse sentido, há muitos desafios ainda a ser enfrentados para se alcançar a ruptura com a política do favor que descaracteriza a assistência social como direito. É necessário um compromisso governamental em potencializar os recursos em direção a autonomia e boa qualidade de vida das mulheres, o que conseqüentemente irá recair sobre os indivíduos que encontram-se sob sua responsabilidade, havendo então, significativas mudanças nas relações humanas e sociais.

3.5 Enfrentado a subalternidade feminina

É a partir do conhecimento da discussão de gênero ante as relações de poder, que são traçadas estratégias para combater as desigualdades engendradas na sociedade capitalista. Assim, são traçadas estratégias de sobrevivência na construção do projeto de vida das mulheres que encontram-se imbuídas nessas relações, no sentido de buscarem o que querem e o que podem construir a partir dos recursos de que dispõem, ou seja, da sua capacidade para enfrentar as dificuldades imediatas e mediatas para sua reprodução social, além da busca pelo

fortalecimento da identidade feminina. Trata-se aqui do chamado *empoderamento*²⁵, que consiste, no autoreconhecimento das mulheres no que concerne a situação de subalternidade social e busca de meios e estratégias para vencê-la, garantindo-lhes autonomia e liberdade de ação tanto no mundo público como no privado.

Satisfazer as necessidades estratégicas ajuda as mulheres a conseguir uma maior igualdade, também modifica os papéis existentes e por isso desafia a posição subordinada da mulher. As necessidades estratégicas de gênero podem incluir todo ou parte do que se quer: “a abolição da divisão sexual do trabalho; o alívio da carga de trabalho doméstico e do cuidado com as crianças; a eliminação das formas institucionalizadas de discriminação tais como o direito à propriedade da terra ou acesso ao crédito; o estabelecimento de igualdade política; liberdade de eleição sobre a maternidade e a adoção de medidas adequadas contra o controle masculino sobre a mulher” (MOLYNEUX, 1984, *apud* Fonseca 1999)

Nessa perspectiva, o “empoderamento” consiste num enfoque que busca a articulação entre Mulher e Desenvolvimento. Reconhecidas as desigualdades entre homens e mulheres, são ofertadas condições de superar a opressão e subordinação da mulher, buscando despertá-la a autoconfiança. Contudo, é dado menos ênfase em elevar o status da mulher em relação ao homem, porém busca-se empoderá-las mediante a redistribuição do poder dentro e entre as sociedades (MOSER, 1995, *apud* Fonseca, 1999).

Num relatório sobre o desenvolvimento mundial²⁶, além de outras ressalvas concernentes à questão de gênero como potencializadora de acesso aos direitos, o Banco Mundial publica:

A igualdade de gênero é importante

[...] vemos o desenvolvimento como um processo de expandir liberdades igualmente para todas as pessoas. Nesta visão de desenvolvimento, a igualdade de gênero é um objetivo essencial em si (...). Portanto, assim como desenvolvimento significa menos pobreza de renda ou um melhor acesso à justiça, ele também deve significar menos hiatos no bem-estar entre homens e mulheres. Este ponto de vista também se evidencia no fato de a

²⁵ Trata-se do último enfoque das políticas feministas na América Latina e surgiu no bojo do movimento pela revisão dos paradigmas para a compreensão das condições de vida da população do Terceiro Mundo. A mais conhecida articulação do enfoque de empoderamento tem sido feita pelo Projeto DAWN (Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres por uma Nova Era) que surgiu de uma confluência de mulheres e grupos de mulheres estabelecida antes da Conferência Mundial de Mulheres em Nairóbi (1985), com o propósito de analisar a situação das mulheres no mundo e formular uma visão de sociedade alternativa. (...) (Fonseca, 1998).

²⁶ Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, Banco Mundial.

comunidade internacional de desenvolvimento reconhecer que o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero são objetivos de desenvolvimento por direito próprio, (...). É visto também na adoção e ratificação generalizada da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW). Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, a convenção estabeleceu um contexto abrangente para o avanço de mulheres e já foi consolidada até hoje por 187 países.

Potencializando o autoreconhecimento é possível a ruptura com os paradigmas conservadores que vão de encontro aos direitos estabelecidos como universais, o enfoque do empoderamento trata-se de estratégias voltadas a atender a crítica situação que se encontram muitas mulheres nas relações sociais de poder. As iniciativas visam tornar possível a superação e a supressão da condição de subalternidade feminina, ainda presente na sociedade.

Queremos um mundo onde não existam desigualdades baseadas na classe, em gênero, em raça, em nenhum país, nem nas relações entre os países. Queremos um mundo onde as necessidades básicas se convertam em direitos básicos e onde a pobreza e todas as formas de violência sejam eliminadas. Queremos que cada pessoa tenha oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial e criatividade e onde os valores femininos de cuidados para com os outros e solidariedade caracterizem as relações humanas. Em um mundo assim o papel reprodutivo das mulheres será redefinido: o cuidado das crianças e da família será de responsabilidade das mulheres, dos homens e da sociedade em geral. Somente aprofundando os vínculos entre a igualdade, o desenvolvimento e a paz poderemos mostrar a intrincada relação que existe entre os “direitos básicos” de todos e as transformações das instituições que subordinam as mulheres. Ambos podem ser alcançados através do auto-empoderamento das mulheres. (DAWM, 1985, *apud* Fonseca, 1999).

Esse texto trata-se de um discurso definido pelas mulheres no Projeto DAWM. Nessa perspectiva, o “empoderamento” incentiva um avanço das estratégias de superação da ordem estabelecida. As mulheres querem e necessitam de mudanças para efetivação dos direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, para fortalecer a identidade feminina, o que lhes dará suporte para sair de situações muitas vezes sub humanas, quando estas inseridas numa sociedade excludente sujeitam-se às condições precárias de sobrevivência, sendo vítimas da má distribuição de renda e de políticas com tímidas iniciativas, que não oferecem condições de emancipação social, reforçando a crítica situação dos indivíduos que estão imbricados nessa realidade.

4. ANÁLISE DA ENTREVISTA

A pesquisa de campo tem seu interesse voltado ao estudo de indivíduos, grupos, organizações, comunidades, instituições, etc. Segundo Marconi & Lakatos (2007), a pesquisa de campo é uma técnica utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Assim, Trujillo (1992:229) citado por Marconi & Lakatos, (2007) afirma que:

A pesquisa de campo propriamente dita não deve ser confundida com a simples coleta de dados (esta última corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminaram suficientemente o que deve ser coletado.

Assim, de acordo com a natureza da pesquisa, deve-se determinar técnicas que serão empregadas na coleta de dados e na determinação da amostra, que deverá ser representativa e suficiente para apoiar as conclusões. Cabe aqui ressaltar a diferença entre *técnica* e *método* de pesquisa. Segundo Gil (2007) pode-se definir *método* como o caminho para se chegar a determinado fim. E, método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. Ou seja, *método* consiste no conjunto de diversas etapas que devem ser realizadas na pesquisa.

Então, *técnica* segundo Marconi & Lakatos (2007) é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Esta, por sua vez é a aplicação do plano metodológico e a forma especial para sua execução. Logo, *método* e *técnica* têm uma íntima relação, uma vez que, os objetos de investigação determinam o tipo de métodos a ser empregado e, as técnicas são os meios corretos de se executar as operações de interesses e pertinências da pesquisa. E assim, toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.

Para tanto, na coleta de dados de uma pesquisa qualitativa utiliza-se de várias técnicas para captar as representações subjetivas dos participantes, possibilitando ao pesquisador alcançar seu objetivo. Tão logo, nesse trabalho foi utilizado como técnica de pesquisa a entrevista.

A entrevista é um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. [...] Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. (Marconi e Lakatos, 2007)

Logo, a entrevista foi escolhida a fim de abarcar respostas suficientes para contemplar os objetivos geral e específicos desse trabalho, que consiste em: *Analisar as percepções das mulheres chefes de famílias que participaram do programa de corte e costura no CRAS (Três Riachos, em Cachoeira – Ba), no que se refere ao acesso aos direitos sociais.* bem como, *Analisar a história de acesso a direitos sociais pelas mulheres; Identificar as contribuições do CRAS para o processo de inclusão e proteção social da família e Retratar o perfil das mulheres pobres e chefes de família, que participaram do programa de corte e costura ofertado pelo CRAS Tradicional de Cachoeira- Ba.*

Para tanto, foi construída uma *entrevista padronizada ou estruturada* que segundo Marconi e Lakatos (2007), “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”. Assim, com a pretensão de apreender as considerações das entrevistadas a partir de perguntas incomuns.

Porém, antes mesmo de ser escolhida a técnica dessa pesquisa foi necessário a busca de materiais que contribuíssem, desde a delimitação do tema até o tipo de perguntas elaboradas nas entrevistas. E para tal conclusão foi preciso leituras de livros, revistas, artigos, assim como a busca de reportagens, filmes, enfim houve o contato com o máximo de material possível para dar suporte teórico a esse trabalho. E, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), esse método é considerado *pesquisa bibliográfica*, uma vez que consideram ser a abrangência de toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. Dessa forma foi possível apreender as instigações norteadoras do desenvolvimento desse trabalho.

Outro importante percurso traçado nesse trabalho concerne à *pesquisa documental*, realizada no CRAS/Cachoeira – Ba. “Esse método tem por característica sua fonte de coleta de dados, uma vez que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se

denomina de fontes primárias, podendo ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” Marconi e Lakatos (2007). Logo, foram analisadas, no CRAS/Cachoeira - Ba as fichas de dados das mulheres inscritas no curso de corte e costura, público alvo desse trabalho, tendo por finalidade localizar o endereço das mesmas, para posteriormente aplicar as entrevistas, assim como já traçar quais se encaixavam no perfil da pesquisa proposta, que era a condição de ser chefe de família, porém por ter havido uma reestruturação das fichas esta informação não foi encontrada em todas elas. Então, após ter feito revista bibliográfica, elaborado o roteiro da entrevista, foi possível realizar a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 20 e 22 de novembro do ano corrente. Logo em companhia do coordenador do CRAS, as entrevistas foram aplicadas nos domicílios das mulheres que participaram do curso de corte e costura²⁷, sendo o primeiro passo, ao encontrar as entrevistadas, perguntar quem era o(a) principal responsável pela casa, pois ser chefe de família era pré-requisito fundamental para participar das entrevistas e, caso sim, se era aceita a proposta em participar da pesquisa. Todas as entrevistadas assinaram um termo de consentimento, o qual serviu para formalizar suas participações, ficando com uma cópia do documento.

Assim, Participaram das entrevistas 13 mulheres, uma vez que das 25 que participaram do curso 2 não concluíram, 5 não eram chefes de família, 1 mudou-se para outra cidade e as outras não foi possível realizar as entrevistas, sendo que não implicará nos resultados dessa pesquisa, pois o número de entrevistadas é considerável, tendo em vista o número de participantes do curso e, não há certeza de que as não entrevistadas são chefes de família.

As entrevistadas não se opuseram a responder nenhuma das perguntas enunciadas, embora tenha havido momentos de desconcentração, talvez pela falta de intimidade com o assunto o que será demonstrado a seguir na análise das respostas, bem como pela presença de filhos (ainda pequenos), ou pela interferência de algum morador do domicílio ou vizinho. Mas, como todo trabalho, nesse houve limites e importantes considerações que por fim contemplaram a intenção da pesquisa.

Para a interpretação dos dados coletados foi utilizado como método a análise de discurso, que segundo E, para interpretar os dados coletados será utilizado como método a Segundo, Mutti e Caregnato 2005, a análise de discurso não irá descobrir nada novo, apenas

²⁷ O curso aconteceu no período de novembro de 2011 à março de 2012, somando carga horária total de 88 horas. Acontecia três vezes por semana, às quartas, quintas e sextas-feiras, manhã e tarde. Houve a disponibilização de 32 vagas, porém só se inscreveram 30, só compareceram 25 e, só concluíram 23.

fará uma nova re-leitura e, mostrar como o discurso funciona. Não tendo a pretensão de dizer o que é certo, “porque isso não está em julgamento”. Logo, por se tratar de um número pequeno de entrevistadas e não ser intenção desse trabalho estabelecer comparações dentro do grupo, uma vez que o que se busca é pelo perfil dos sujeitos dessa pesquisa em relação aos direitos sociais foi visado nesse método a pertinência o seu uso. Assim, não foi feita nenhuma tabulação para análise dos dados coletados, mas a divulgação das quantidades em números reais e algumas escalas. A análise dos dados seguiu a estrutura do roteiro da entrevista, dividido em seções a fim de captar com precisão as informações.

4.1 Locus da pesquisa

Localizada a 120 km de Salvador capital do estado da Bahia, Cachoeira integra as cidades que compõem o recôncavo baiano. Segundo dados do último censo 2012 sua população corresponde 32.035 habitantes, sendo 15.460 homens e 16.575 mulheres nas zonas rural e urbana. Sua área territorial compreende 395, 211 km². Ainda segundo dados do IBGE, o número de famílias com tipo de composição – Mulher sem conjugue e com filhos que têm renda per capita até ¼ de salário mínimo é 239, sendo importante ressaltar aqui esse dado, pois esse tipo de composição familiar se encaixa no perfil 12 das 13 mulheres, sujeitos da pesquisa. Este município é habilitado pelo SUAS, sendo estimado no pequeno porte tipo II, no nível básico de atenção. Assim, o CRAS é um espaço de referência da proteção social básica e “porta de entrada” dos usuários à rede socioassistencial, também constituem pontos focais de geração e disseminação de informação sobre as vulnerabilidades e potencialidades presentes no território a ele referenciado. Constituem fonte de informações os registros de acompanhamento das famílias e os dados decorrentes da vigilância social.

Na execução das atividades de acompanhamento das famílias, a equipe CRAS realiza um diagnóstico da realidade local, por meio de entrevistas com as famílias, visitas domiciliares e grupos de acompanhamento, além de levantar as situações de vulnerabilidade social que podem afetar negativamente ou potencializar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de viabilizar o acesso aos direitos de cidadania, promovendo a qualidade de vida aos usuários de seus serviços Assim o CRAS funciona como instrumento integrador das políticas no âmbito local.

Os serviços desenvolvidos no CRAS funcionam por meio de uma rede básica de ações articuladas e serviços próximos à sua localização. Cada unidade do CRAS conta com: Coordenador, Assistente sociais, Psicólogos, auxiliares administrativos e estagiários. Todo trabalho visa promover a emancipação social das famílias, devolvendo a cidadania para cada um de seus componentes.

O CRAS- Três Riachos²⁸ inaugurado no ano de 2007, está localizado em um bairro de grande vulnerabilidade social, sendo um dos determinantes para a instalação de um centro de referência de assistência social. O prédio do CRAS conta com instalações mínimas atendendo as exigências do governo, dispõe de uma recepcionista, uma auxiliar de serviços gerais a qual atua também com facilitadora no bairro, pois é moradora do mesmo, educadores sociais, coordenador, uma psicóloga, um assistente social.

Assim, é realizado na instituição encaminhamentos para redes de apoio, cadastramento familiar, incentivo à geração de trabalho e renda, atendimento individual, visita domiciliar, criação de grupos de convivência, atividades socioeducativas, palestras, atividades do Projovem.

Dentre os projetos desenvolvidos no CRAS, encontra-se o curso de corte e costura, ofertado às mulheres da comunidade, com o objetivo de proporcioná-las um meio de geração de renda. O CRAS está acompanhando um grupo de terceira idade, que conta com a participação de 44 idosos (sendo 2 homens e 42 mulheres), todos com idade igual ou maior que 50 anos, que têm seus encontros 3 vezes por semana, fazendo aulas de reciclagem e dança. Além das atividades supracitadas, no CRAS também é desenvolvido algumas atividades esportiva como aula de boxe, capoeira e futebol, conta ainda com aula de violão e flauta, e um brinquedoteca para as crianças menores de dez anos na comunidade. Além do preenchimento do requerimento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e das visitas domiciliares que são requeridas através do conselho tutelar, da promotoria, do PETI e do programa Bolsa Família em caso de descumprimento das condicionalidades impostas.

4.2 Análise e discussão dos dados

²⁸ ²⁸ O CRAS - TRADICIONAL, localiza-se na rua: três riachos s/n, no bairro da rua da Feira. CEP: 44300-000 Cachoeira – BA. Denominado Três Riachos, pela comunidade, na qual encontra-se instalado. Tal nomenclatura deve-se mesmo por sua localização no bairro Três Riachos em Cachoeira – BA.

4.2.1 Identificação do público-alvo da pesquisa

Os sujeitos dessa pesquisa são moradoras da comunidade a qual o CRAS – Três Riachos presta serviços. A faixa etária das 13 mulheres entrevistadas, varia de 19 a 42 anos, sendo que seis delas tem de 19 a 26 anos, três de 32 a 35 e três de 40 a 44 anos. Em relação ao estado civil onze são solteiras, embora tenha algum tipo de relacionamento conjugal, uma é casada e outra divorciada. Todas elas são naturais e residentes de Cachoeira desde o nascimento. Sete delas são negras e seis pardas e, em relação à religião sete são católicas, duas evangélicas e quatro disseram não ter nenhum seguimento religioso.

Em relação à escolaridade seis completaram o 2º grau do Ensino Médio, uma estudou até a 1ª série do Ensino Médio, duas cursaram até a 8ª série, uma até a 7ª série e uma até a quinta e, uma delas está cursando a 3ª série do Ensino Médio e, outra está fazendo um curso técnico de enfermagem. Destas doze estudaram em escola pública enquanto apenas uma delas em escola privada.

4.2.2 Situação socioeconômica e as estratégias de sobrevivência

No que se refere a situação socioeconômica, doze das entrevistadas responderam já ter trabalhado alguma vez e apenas uma nunca trabalhou. Atualmente seis estão desempregadas, duas são autônomas, uma diarista, uma revendedora, duas cabeleireiras e uma trabalha em serviços gerais. Porém é importante ressaltar que das sete mulheres que trabalham seis delas fazem parte do trabalho informal, apenas uma delas tem registro na carteira de trabalho. De acordo com esses dados e com o que já foi discutido nos capítulos anteriores, tal situação denota a grande presença de mulheres no mercado informal de trabalho o que as deixam a margem dos direitos como estes dispostos na Constituição de 1988:

Art. 7º São direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XVII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:
II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:
b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Contudo, estes direitos só podem contemplar as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, os quais foram frutos de reivindicações por melhores condições de trabalho. Então, as mulheres que fazem parte do mercado informal, engendrado pelo próprio modelo capitalista, ficam à margem desses direitos, continuando assim o agravamento das desigualdades sociais, em suas múltiplas manifestações, estando inclusas questões como raça, escolaridade, etc. Tal situação está intimamente relacionada à busca por estratégias de sobrevivência. E, além de serem atividades de baixo custo de produção, estas remetem à tradicional divisão sexual do trabalho, uma vez que essas mulheres permanecem no lar para conciliar estas com os trabalhos domésticos.

Dentre as atividades para complementar a renda realizadas por sete dessas mulheres estão: artesanato, serviço de garçom, costura de roupas e serviços domésticos. A renda mensal das entrevistadas varia de 102 reais a um salário mínimo. Sendo que onze delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família e duas delas não têm cadastro no programa, uma por não se encaixar nas condicionalidades do programa, sendo que tem renda per capita maior que a exigida e a outra embora tenha perfil para participar do programa não está inclusa.

Assim, a maioria dessas mulheres estão inseridas no Programa Bolsa Família, este que consiste numa estratégia do Estado para exercer a proteção social. Porém, a realidade é que essa participação está sendo mínima, sem lhes ofertar condições de autonomia, tendo estas que administrar os recursos insuficientes disponíveis e traçar estratégias próprias de sobrevivência. Ainda, em relação à renda sete delas não contam com nenhuma ajuda financeira, quatro recebem pensões do filhos e duas de companheiros.

Doze das entrevistadas têm casa própria, dentre elas oito conseguiram através do Programa de Habitação do Governo Federal, três delas por herança, curiosamente das mães, o que explicita que a chefia feminina nos domicílios perpassa gerações. Uma delas construiu com recursos próprios e a outra paga aluguel.

O número de pessoas por domicílio varia de 2 a 7 pessoas, entre essas pessoas estão os filhos, pai, sobrinhos, irmãos e companheiros, em nenhuma delas há a presença da mãe das

chefes de família. A quantidade de filhos varia de 1 a 5, estes com faixa etária de 6 meses a 22 anos. Logo, os menores de 18 anos e maiores que 3 estudam.

Ao ser perguntado a respeito de sentirem-se totalmente responsáveis pela família todas deram respostas positivas, inclusive as que disseram ter um companheiro. Assim, fica explicitada a condição feminina em relação às atribuições estarem ligadas ao cuidado com a família, de serem as responsáveis pelas vitórias e derrotas dos indivíduos que a compõem. Está imbricada nesta dinâmica a questão do gênero, uma vez que “submetidas à pressão das normas sexuais, estas mulheres acabam por priorizar investimentos pessoais na vida privada” (Sorj 2004), uma espécie de acomodação ante a situação imposta, encarando-a da forma menos agressiva às expectativas pessoais.

4.2.3 O papel do CRAS

Em relação ao encaminhamento para o CRAS, sete das mulheres entrevistadas disseram ter procurado os serviços do CRAS por conta própria, a maioria delas têm filhos matriculados nas atividades desenvolvidas pelo CRAS, outras três foram convidadas pelo coordenador para participarem do curso de corte e costura e, curiosamente três delas disseram ter conseguido o curso devido a pedido feito à Secretaria de Assistência Social do Município, sendo que já havia sido ofertado outros cursos profissionalizantes, porém disseram esse ser de maior interesse da população, para tanto não foi informado se o pedido foi ou não oficial.

Dez das entrevistadas disseram saber que o CRAS é uma instituição da política de assistência social, as demais não sabiam. Do mesmo modo dez delas souberam informar a função do CRAS:

“Oferecer cursos, orientar as crianças, educação, e aprendizagem. Coisas boas. Ocupa a mente das crianças.”

“Acolher as pessoas.”

“Ajudar as pessoas, orientar, dar cursos, evoluir a mente para crescer. Ah! Também atendimento com o psicólogo.”

“Dar cursos, aulas para as crianças de capoeira.”

“Ajudar a população a ter conhecimento e oferecer os cursos que profissionalizam.”

“Casa de acolhimento para ajudar a comunidade, tirar dúvidas do Bolsa Família. Atendimento do Serviço Social e psicológico.”

“Atendimento à comunidade.”

“Encaminhar as famílias para lago bom.”

“Oferecer cursos.”

A partir dessas respostas pôde-se perceber a falta de vínculo que há entre a maioria das entrevistadas com o CRAS, sendo que esse, já está instalado na comunidade há, essa reflexão não só leva em consideração tais falas, mas as respostas que deram quando perguntado por quem foram encaminhadas à instituição. E, talvez por falta de recursos ou pelos limites

existentes na dinâmica do CRAS, ao que parece é que esse não está disseminando com pertinência suas funções, que bem utilizadas funcionam como potencializadoras do território abrangente. Ainda de acordo com as funções do CRAS, quatro das entrevistadas responderam que recebem visitas frequentemente, três responderam raramente, quatro receberam apenas para serem notificadas sobre o curso de corte e costura e duas responderam apenas uma vez.

Das entrevistadas seis disseram que o curso de corte e costura serviu para gerar ou complementar renda, enquanto sete disseram que não, porém há controvérsias nas respostas uma vez que, dentre as que deram resposta positiva em relação ao curso, apenas uma delas conseguiu complementar a renda. Esse fato explica-se ao fato de apenas uma das que fizeram o curso tem máquina de costurar. Assim, queixaram-se da pequena carga horária do curso, bem como da falta de material para darem continuidade ao trabalho, ao passo de que algumas delas estão fazendo o curso particular. Desse modo, a política de geração de renda na vida dessas mulheres não está proporcionando-as autonomia nem mesmo emponderamento, tendo em vista que reduz-se a mais um certificado entre tantos outros que já têm, porém sem serem oportunizadas em condições que realmente contribuam para superar tais situações. Importante aqui também salientar que no discurso de muitas delas houve a ressalva em participar do curso ser também uma maneira de “ocupar a mente, ter alguma coisa para fazer”, o que implica perceber a priorização da responsabilidade com a família, abstraindo o trabalho no seu sentido econômico.

4.2.4 Direitos sociais e condições de chefia familiar

Quando perguntado o que as entrevistadas entendiam por direitos sociais, sete delas disseram não saber, enquanto seis deram as seguintes respostas:

“Meios de ajudar a sociedade.”

“Ajudar aos pobres.”

“Direitos que temos a uma vida melhor.”

“Direitos relacionados às pessoas que estão na sociedade.”

“Igualdade nos direitos.”

“Programas como Bolsa Família, quando fiz a inscrição no CRAS foi explicado pelo pessoal de lá.”

Com esses resultados é notório a fragilidade no entendimento a cerca dos direitos sociais, não só nas palavras, mas isso foi percebido nos gestos e comportamento das mulheres entrevistadas, quando foi feita a pergunta a esse respeito. O que complicado dessa situação é que como podem lutar pela garantia dos direitos se ao menos sabem dizer do que se trata. Essas mulheres não familiarizadas com o assunto têm dificuldades em perceber a situação na qual estão imbuídas, bem como para superá-la, o que sem dúvida reforça a desigualdade social. Não existiu firmeza na fala dessas mulheres ao tratar desse assunto.

E, mesmo quando perguntado se elas poderiam dar exemplos dos direitos sociais que tinham a maioria se referiu ao trabalho, porém queixando-se da falta dele e, quando referidos a estes mencionaram os básicos como trabalho, saúde e educação todos estes ligados à sobrevivência dos indivíduos. Ressaltando aqui que só responderam a essa pergunta as que disseram o que eram os direitos sociais. Curiosamente quando perguntado a respeito dos direitos sociais que dos filhos, apenas três não souberam ou não quiseram responder, sendo também concernentes aos direitos básicos, em especial, a educação e, apenas uma delas citou o lazer como direito social. Ora, quando perguntado sobre os seus direitos a maioria delas não souberam responder, porém em relação aos dos filhos se apenas três não responderam fica constatada a priorização da mulher em cuidar e se ater às questões de proteção e bem-estar da família, desse modo deixando suas expectativas para segundo plano.

Logo, dez das mulheres entrevistadas estão satisfeitas com a condição de chefe de família, duas não estão e uma delas respondeu mais ou menos. Das satisfeitas com tal condição as respostas foram relacionadas à responsabilidade pela família, em primeiro lugar prezam o bem-estar, ou mesmo pela falta de opção, tal situação reflete a força do valor cultural que associa mulher à maternidade, conseqüentemente maternagem. Das insatisfeitas e a que estava em dúvida da condição, colocaram como principal questão a falta de trabalho, a renda insuficiente, questões que não oferecem condições para realizarem tudo o que querem e necessitam. Assim, se por um lado existem mulheres conformadas com a precária condição a que estão submetidas, existem as que inconformadas com a situação, vêm a necessidade de avançarem no sentido de terem garantido seus direitos, pautando assim melhores condições e qualidade de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o perfil das mulheres entrevistadas na pesquisa de campo desenvolvida nesse trabalho, foi possível perceber que estas vivem em condições limitadas, em busca pela sobrevivência, o que não as diferencia de tantas outras mulheres pobres da nossa sociedade. Porém, o mais intrigante nessa situação é a reprodução da desigualdade social por vias das estratégias de proteção social.

O programa de corte e costura não logrou benefícios no que concerne à parte econômica, embora tenha sido bem aceito pelas mulheres. O propósito implicado nesse programa que é gerar ou complementar a renda das famílias que tiveram inscritas as mulheres, não contemplou a maioria das participantes, por ora serviu para ocupar o tempo ocioso de algumas delas. Portanto, seria mais louvável o investimento em projetos de capacitação e qualificação para o mercado de trabalho formal, tendo em vista o que aparece no discurso da maioria das entrevistadas na pesquisa, ao se queixarem da falta de oportunidade de trabalho.

O trabalho do CRAS não está sendo incisivo, afinal um considerável número das participantes da pesquisa não responderam com coerência em relação às funções desta instituição. É sabido que a geração de renda assumiu um espaço privilegiado no discurso político do Estado, como alternativas para enfrentar o desemprego formal. Logo, constituindo a parte operacional da PNAS, o CRAS não tem priorizado a atendimento às necessidades dos usuários de seus serviços, uma vez que não são dispensados programas que promovam, de fato, a autonomia dos indivíduos atendidos por essa instituição, em especial, as mulheres pobres chefes de família que foram o público-alvo desse trabalho.

Para tanto, torna-se necessário reformulações nas operacionalizações das políticas públicas, levando em consideração as mudanças ocorridas na sociedade, para que haja efetividade no desempenhar de suas funções. Assim, como na alocação de recursos suficientes para promover a emancipação e a qualidade de vida aos indivíduos que dependem das ações governamentais, levando em conta, também, as características culturais e socioeconômicas. Rompendo assim, com a antiga política de benemerência, que insiste em perpassar os modos de enfrentamento da desigualdade social fruto dos modos de produção da sociedade capitalista.

Por outro lado é sabido que no Brasil, célebres conquistas sucederam-se através de movimentos e mobilizações sociais. Portanto, é necessário que a luta continue, mas para isso, no caso das mulheres que participaram da pesquisa desse trabalho, torna-se imprescindível

que tomem conhecimento e consciência dos direitos para avançar na busca da garantia dos mesmos.

É necessária a firmeza e intensidade da pressão dos envolvidos para potencializar as políticas responsáveis pela garantia dos direitos sociais. Ou seja, é imprescindível a organização dos indivíduos na elaboração de políticas públicas, para contribuir na concretização de tais direitos. Caso contrário apenas esperar pelas iniciativas governamentais é a certeza da existência de próximas gerações desprovidas do gozo dos direitos políticos, sociais e econômicos, reproduzindo os interesses da classe dominante, sendo imparcial em aceitar míseras atitudes que não ofertam condições de superação da ordem estabelecida.

Assim, não se trata de incluir ou incorporar mais direitos, porém, revisar os direitos existentes, verificando se atendem aos padrões mínimos no que concerne aos direitos sociais. Todavia, avançar em direção a combinar cidadania e efetividade de direitos, garantindo assim a emancipação social, maior autonomia e qualidade de vida às mulheres chefes de famílias que participaram do programa de corte e costura do CRAS – Três Riachos/Cachoeira- Ba, bem como a todas as mulheres que encontram-se em situações de vulnerabilidade social, comprometendo o estabelecimento da justiça social.

REFERÊNCIAS

_____. Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família, nº65: PNAD,2009. Disponível em: <http://www.generoracaetnia.org.br/publicacoes/IPEA.pdf>, acessado em 27 de nov. 2012.

_____. 6023. Referências.

ABNT. NBR 14.7224. Trabalhos acadêmicos

ACOSTA, AR.; VITALES, M.A.F. (orgs). Famílias: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho:** Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Ed.9. São Paulo: Cortez, 2003. BA/GEneroPobreza_Brasil04.pdf, acessado em 26/11/2012.

BAPTISTA, Marisa; COELHO, Leila. M. **A História da Inserção Política da Mulher no Brasil:** uma trajetória do Espaço Privado ao Público. Psicologia Política. Vol. 9. Nº 17. PP. 85-99. Jan. – JUN. 2009

BARROCO, Maria L. S. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2008.

BC – Banco Mundial. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de 2012:** Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, washington, D.C., 2012. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/conselho/textos-e-materiais-1/relatorio-sobre-desenvolvimento-mundial-2012-banco-mundial>, acessado em 27 de nov. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Marina Maciel. *Política Social: fundamentos e história.* 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

_____. SANTOS, Silvana M. M. dos. **Questão social e direitos.** Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

BRETTAS, Tatiana; CISNE, Mirla; RUSSO, Gláucia. **Questão Social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social.** SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

BRUMER, Anita. **Gênero, família e globalização.** Sociologias no.21 Porto Alegre jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100002>> Acessado em: 23 de jan. 2012.

CAREGNATO, Rita C. A.; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: Análise e Discurso versus Análise de Conteúdo.** Texto Contexto Enferm. Florianópolis, 2006 Out-Dez: 15(4): 679-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>, acessado em 01 de dez 2012

CARVALHO, M. do C. B. de. **Família e Políticas Públicas.** ACOSTA, AR.; VITALES, M.A.F. (orgs). Famílias: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

_____; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e crítica.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Murilo J. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Constituição 1988. República Federativa do Brasil. senado federal. Centro Gráfico.

COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção primeiros passos)

Declaração do Direitos Humanos. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **Mulher, direito e saúde: repensando o nexo coesivo.** Saúde e Sociedade 8(2):3-32, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12901999000200002&script=sci_arttext>Acessado em: 23 de jan. 2012.

GIL, Antônio Carlos. “Métodos e técnicas de pesquisa social.” 5.ed. 8. reimpr. p. 110 – 116. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão Social no Capitalismo.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Temporalis. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** Ed.2. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ ; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>, acessado em 28 de nov. 2012.

IPEA, Comunicados. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades,** n°149, PNAD, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea014_9.pdf, acessado em 27 de nov. 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf, acessado em 13 de março de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.* 6. ed. reimper. São Paulo: Atlas 2007.

LESBAUPIN, Ivo. **As classes Populare e os Direitos Humanos.** Petrópolis: Vozes, 1984

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____ ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Lista de municípios habilitados no SUAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas/arquivos/Lista%20de%20municipios%20habilitados%20no%20Suas.pdf/view>, acessado em 02 de dez 2012.

MELO, H.P. **Gênero e pobreza no Brasil. Relatório final do projeto Governabilidad Democrática de género en América Latina y en El Caribe.** Brasília: CEPAL/SPM, 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1E>

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social.** Serv. Soc. Soc. no.105 São Paulo jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>.> Acessado em: 23 de jan. 2012.

RAGO, Margareth: **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, A. Cynthia. **Famílias enredadas**. ACOSTA, AR.; VITALES, M.A.F. (orgs). Famílias: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

SAWAIA, Bader B. **Família e afetividade**: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. ACOSTA, AR.; VITALES, M.A.F. (orgs). Famílias: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

SORJ, Bila: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPM. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>, acessado em 28 de nov. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Pesquisa Qualitativa*. **In: Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. Cap 5.

WOLKMER. Antônio C. **Marx, a questão judaica e os direitos humanos**. Revista Sequência, nº 48, p. 11-28, jul. de 2004.

YASBEK, Maria C. **Pobreza e exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil**: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Temporalis. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.